

VINICIUS RICARDO SOLOVIEV

A QUESTÃO DAS DROGAS SOB A ÓTICA DO DIREITO DA INFÂNCIA E DA
JUVENTUDE

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Ma. Priscilla Placha Sá

CURITIBA

2012

RESUMO

O presente trabalho procura demonstrar como o foco da problemática das drogas na infância/juventude deve ser alterado para a noção do enfrentamento do problema de saúde, em detrimento da conotação penal tanto do uso, quanto do comércio de entorpecentes por parte de adolescentes então entendidos como “em conflito com a lei”. As jovens personalidades em peculiar condição de desenvolvimento, que adentram ao sistema penal juvenil por conta do uso e do comércio de entorpecentes, este último voltado, na maioria das vezes, para a manutenção do próprio vício, são ceifadas de qualquer possibilidade de recuperação de sua própria saúde, sendo estigmatizadas como “bandidos” ou pessoas “de alta periculosidade”. Tanto do ponto de vista político, através da aplicação histórica da política antidrogas de cunho repressor e proibicionista, até o foco da saúde, com insuficiente estrutura e falta de capacitação de profissionais de fato habilitados para o trato diferenciado com crianças e adolescentes, a população infanto-juvenil se configura na maior vítima desse perverso sistema.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas; Proibicionismo; Infância e Adolescência; Doutrina da Proteção Integral; Sistema Penal; Sistema Socioeducativo

LISTA DE SIGLAS

CIAADI Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator

CONANDA Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

EUA Estados Unidos da América

FUNABEM Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

FEBEM Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor

IDS Ideologia da Defesa Social

PPCAAM Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte

OMS Organização Mundial de Saúde

ONU Organização das Nações Unidas

PIA Plano Individual de Atendimento

SAM Serviço de Assistência ao Menor

SINASE Sistema Nacional Socioeducativo

SNC Sistema Nervoso Central

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 PROIBICIONISMO: O MITO DAS DROGAS.....	12
1.1 Origens do proibicionismo	13
1.2 O Mito das drogas	17
1.3 Proibicionismo e a atual legislação brasileira	27
1.4 Seletividade punitiva do sistema antidrogas	32
1.5 Discurso ideológico e a difusão do medo	38
2 ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.....	42
2.1 Origens do tratamento penal menorista	42
2.2 Doutrina da Proteção Integral.....	45
2.3 – Ato infracional	52
2.3.1 – Medidas protetivas	53
2.3.2 – Medidas socioeducativas.....	54
3 ADOLESCÊNCIA, CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS.....	58
3.1 – Perfil dos Adolescentes apreendidos por tráfico de drogas	58
3.2 – Reincidência na comercialização e o art. 122 do ECA	60
3.3 – Adolescentes ameaçados de morte pelo tráfico	64
3.4 – Estrutura de atendimento protetivo e socioeducativo	66
3.5 – Internação compulsória	69
3.6 – Legalização, regulamentação e redução de danos.....	71
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

O que se pretende com a presente monografia é analisar a problemática das drogas sob a ótica do direito da infância e da juventude. A escolha deste nicho específico da população se deu por vários motivos. Primeiramente, e quiçá o mais importante deles, foi a experiência acadêmico-profissional que tive a oportunidade de vivenciar durante dois anos, como estagiário da Promotoria de Justiça Atuarial junto à Vara da Infância e Juventude – Adolescentes em conflito com a lei no Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba (PR). Durante tal período, pude verificar que ao mesmo tempo em que existe uma estrutura que pode ser considerada como adequada em termos físicos e profissionais¹, está forte a presença daquilo que DEL OLMO ² alude como “demonização” das drogas. Com uma carga ideológica e emocional, difundida amplamente pela mídia e por determinados setores da sociedade, o processo de “demonização” implanta um cenário de pânico acerca de tudo o que se refere à palavra “droga”, produzindo uma “visão esquizofrênica”³ que impede o debate e estimula a repressão penal, fortemente marcada por seu caráter seletivo e criminógeno.

Neste processo de “demonização”, crianças e adolescentes encontram-se, certamente, na ponta mais vulnerável do sistema. Isso porque estas jovens personalidades, as quais se encontram em peculiar condição de desenvolvimento, acabam envolvidas com todo o processo de violência ligado ao mercado ilegal de entorpecentes, estando submetidas a todo o tipo de violência, seja por conta da ação estatal, seja no próprio âmbito familiar, ao mesmo tempo em que ainda estão desenvolvendo suas personalidades e seu caráter. Não se pode estranhar o comportamento violento de um sujeito que nasce e cresce envolto pela fumaça da violência.

¹ O CIAADI Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator abarca, no mesmo complexo físico, a Delegacia do Adolescente, a Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Defensoria Pública, Fundação de Ação Social e alojamento da Internação Provisória, de modo a se agilizar o atendimento de adolescentes em conflito com a lei.

² DEL OLMO, Rosa. **La cara oculta de La droga**. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988.

³ MALAGUTI BATISTA, Vera. **Difíceis Ganhos Fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 82.

O terceiro ponto que motiva a escrita sobre drogas, próximo à ótica infanto-juvenil, é o fato de que a atual legislação que regula a situação de crianças e adolescentes é amplamente difundida como uma legislação modelo, que protege nossos infantes de todo e qualquer mal, promovendo sua proteção integral e garantindo seus direitos fundamentais. Infelizmente, essa não é a realidade das ruas. O sociólogo Cezar Bueno de Lima⁴ evidencia que, com a passagem do Estado Social para o chamado Estado Penal, mesmo com a inserção na chamada “rede de garantias” da proteção integral, a maioria dos jovens assassinados no Município de Londrina (PR), ao longo do ano de 2003 teve passagem pelo sistema socioeducativo. Em outras palavras, houve a repressão estatal, porém a eficácia pedagógica mostrou-se absolutamente ineficaz.

O tráfico de drogas foi um dos delitos que recebeu tratamento penal mais recrudescido, em especial na lei dos crimes hediondos (Lei 8.072/90) e na nova lei de drogas (sem contar a previsão do Projeto do novo Código Penal que prevê pena mínima de 8 anos de prisão), além de ser um dos principais responsáveis pelo *boom* encarcerador brasileiro nos últimos vinte anos⁵. Isso porque, dada a ilegalidade do mercado das drogas, com a forte demanda existente, e a lucratividade da proibição, tem-se na violência a única forma de solução de conflitos, haja vista a impossibilidade de litígios demandados lícitamente acerca do mercado de drogas. É preciso reafirmar, neste momento, que a produção, o comércio e o consumo de substâncias psicotrópicas não é novo. As sociedades mais antigas já se utilizavam de alucinógenos, estimulantes, dentre outras drogas na prática de rituais religiosos, festas populares e métodos de cura para enfermos.

No entanto, é no seio da sociedade puritana, estética e ideal, geralmente vinculada a valores religiosos ocidentais, que foi criada a política proibicionista, que visava simplesmente aniquilar tais substâncias, impedindo o contato de qualquer indivíduo com elas sob pena da repressão criminal. Obviamente, não foi o que ocorreu. Aliás, muito pelo contrário. Nos últimos anos, observou-se

⁴ BUENO DE LIMA, Cezar. **Jovens em Conflito com a Lei: Liberdade Assistida e Vidas Interrompidas**. Londrina: Eduel, 2009.

⁵ BUENO DE LIMA, Cezar. **Jovens em Conflito com a Lei: Liberdade Assistida e Vidas Interrompidas**. Londrina: Eduel, 2009, p. 62.

tanto o aumento da produção quanto da demanda, de modo que o Direito Penal evidencia-se como ferramenta absolutamente ineficaz no enfrentamento da lei econômica mais poderosa, qual seja, a lei da oferta e da procura.

Como se anunciara, a repressão Estatal não conseguiu reprimir por completo, e talvez sequer parcialmente, o mercado das drogas, em que pese várias reformas dentro do próprio sistema punitivo tenham sido desenvolvidas ao longo da história. Isto serviu tão somente para criar a seletividade do sistema punitivo, com a difusão dos estereótipos médico e político/jurídico, com a criação das figuras do consumidor e do traficante. Em segundo plano ficou a questão médica e social acerca dos efeitos e das consequências do uso e do abuso de drogas.

O estudo da questão das drogas nos últimos cem anos revela uma história de preconceitos étnico-raciais e de atuação fortemente beligerante do estado pautada na base ideológica da defesa social, da segurança nacional e dos movimentos de lei e ordem⁶. Isso faz com que a criação do mito da droga, nos dizeres de Henri Plasin, mencionado por Vera Batista, “enseje um processo de repressão ao tráfico que na verdade atende a objetivos de regulação econômica. E todos sabemos que o comércio ilícito termina por fazer parte do sistema financeiro lícito e institucional”⁷. Decorre daí que podemos pensar o mercado das drogas como algo bastante interessante, pois altamente rentável economicamente, funcionando de maneira plenamente estabelecida. Concomitantemente, se observa a seletividade punitiva dos setores mais vulneráveis da população, em especial da população infanto-juvenil pobre, moradora da periferia e ainda concentradamente masculina, embora a população carcerária feminina que tem demonstrado crescimento relevante nos últimos anos esteja envolvida fundamentalmente com o tráfico de drogas⁸.

⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Prefácio In: CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**. 4ª Edição, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2007, pg. 2.

⁷ MALAGUTI BATISTA, Vera. **Difíceis Ganhos Fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, pg. 83-84.

⁸ Segundo dados do Departamento de Execução Penal do Estado do Paraná (DEPEN/PR), o tráfico de drogas representa o maior fator de encarceramento de mulheres, sendo que a tendência atual se caracteriza pelo aumento da quantidade de mulheres presas. Para ilustração, observe-se que das 1.357 mulheres recolhidas ao sistema penitenciário no mês de Janeiro do ano de 2012, 555 o eram por conta do tráfico de entorpecentes. Poucos meses depois, em Abril/2012, das 1342 mulheres presas, 863 o eram por conta do tráfico. Vale dizer

Tendo em vista esta breve apresentação do cenário que envolve a questão das drogas e sua relação com o Direito da Criança e do Adolescente, este trabalho busca evidenciar que a questão da violência intrínseca ao mercado ilegal de drogas é algo que poderia ser evitado por meio de políticas de regulamentação do consumo, da produção e do comércio de tais substâncias. Fundamental ressaltar que tal proposta não visa incrementar, fomentar, ou ainda estimular o consumo de quaisquer substâncias psicotrópicas, as quais, além dos entorpecentes, abarcam substâncias como o álcool e o cigarro. No entanto, busca-se aqui mostrar um cenário que afaste a violência das drogas, especialmente o que é propiciado pelo próprio Estado, tratando o fato como questão de saúde individual e não mais como problema do Direito Penal/Socioeducativo. A descriminalização pode não vir acompanhada da diminuição do consumo de drogas; os chamados “viciados” podem continuar a existir, porém a violência intrínseca ao sistema proibicionista, esta sim, pode ser evitada, ou seja, a morte de um sem número de jovens personalidades que são carregadas para dentro desse sistema mortífero.

Durante o desenvolvimento da monografia, primeiramente, demonstrar-se-á, em linhas gerais, como surgiu o chamado mito das drogas, mostrando como se desenvolveu desde o início do século XX até os tempos atuais. A chamada política proibicionista, a qual protagonizou, tão somente, o aumento tanto da produção quanto do consumo das substâncias classificadas como entorpecentes.

Em seguida, o foco do trabalho volta-se para as crianças e adolescentes, os quais se configuram, certamente, como o grupo mais vulnerável envolvido com a problemática da drogadição. Neste momento, será feita uma análise do sistema socioeducativo e protetivo dos adolescentes em conflito com a lei por conta de atos infracionais relacionados ao uso e comércio de entorpecentes, mostrando como os jovens acabam trilhando o caminho que

que no período anterior à Lei 11.343/2006, dados deste ano revelam que a quantidade de mulheres presas à época, por força da lei 6368/76, era de 461. Entre os homens os números também tendem, atualmente, ao crescimento. Deste modo, verifica-se que a política de guerra contra as drogas continua na prática cotidiana, sem que o problema demonstre qualquer horizonte de solução pautada na prática repressiva.

os levará ao sistema socioeducativo(penal) da internação, ainda que se configurem como meros consumidores de drogas.

Também, neste momento, se evidenciará como os jovens de baixa renda, membros das camadas sociais marginalizadas, são rotulados e estereotipados como traficantes/delinqüentes juvenis. Ao passo que os jovens das classes sociais mais abastadas, ainda que envolvidos com o consumo e com o comércio das mesmas substâncias, são associados ao estereótipo médico, sendo a eles fornecida toda a estrutura de tratamento contra a drogadição, permanecendo estes jovens imunes à rotulação típica da seletividade do direito penal e do direito infanto-juvenil.

Por fim, a presente monografia se encerra com a apresentação da estrutura de atendimento à criança e ao adolescente viciados em drogas, considerando, finalmente, que o primeiro passo no combate à utilização de drogas é sua desvinculação da violência intrínseca ao mercado ilegal. O que parece ser possível, a partir da mudança do foco político da questão das drogas com vistas à legalização (enquanto regulamentação e não incentivo), bem como mostrando que a estrutura de atendimento à saúde individual do adicto existe e é razoavelmente bem estruturada, porém não utilizada em total potencialidade por conta da confusão política da questão.

1 PROIBICIONISMO: O MITO DAS DROGAS

Droga é a denominação genérica dada, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a “toda substância que introduzida em um organismo vivo pode modificar uma ou mais de suas funções”⁹. Trata-se de um conceito propositadamente amplo, pois abarca não somente os medicamentos destinados sobre tudo ao tratamento de enfermos, como também outras substâncias ativas do ponto de vista farmacológico”¹⁰. Em outras palavras, trata-se de um conceito imenso, que abarca uma amplíssima gama de substâncias, que variam desde o café e o chocolate, até substâncias amplamente combatidas como a maconha, a cocaína e o “crack”.

Dentre as chamadas drogas de abuso ou de uso recreacional, existe a divisão em dois grandes grupos, quais sejam, as drogas lícitas e as drogas ilícitas. No primeiro grupo, encontramos substâncias tais como o álcool e o tabaco e no segundo, as drogas que são objeto direto da intervenção penal ou socioeducativa, principalmente maconha, cocaína e o principal derivado desta última, o “crack”. Do ponto de vista médico, as drogas são definidas como substâncias que afetam o Sistema Nervoso Central (SNC). A maneira pela qual as substâncias afetam o cérebro enseja nova classificação destas substâncias, definindo-as como depressoras do SNC, como o álcool, solventes, barbitúricos, derivados do ópio (heroína), entre outros; estimulantes do SNC, como principalmente o tabaco, a cocaína e o “crack”; drogas alucinógenas, sendo que neste grupo se inserem substâncias como a maconha, haxixe, LSD, e *ecstasy* e por fim, num grupo apartado, os esteróides anabolizantes, que também entram na classificação das drogas.¹¹

Todas essas substâncias podem acarretar problemas de saúde para os indivíduos que as consomem, seja pelo efeito do uso abusivo no organismo, seja por pré- disposições genéticas ou ainda por conta da via de administração

⁹ DEL OLMO, Rosa. **La cara oculta de La droga**. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988, pág 1.

¹⁰ DEL OLMO, Rosa. **La cara oculta de La droga**. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988, pág 1.

¹¹ LEMOS Tadeu e ZALESKI, Marcos. “As principais drogas: como elas agem e quais os seus efeitos”. In: **Adolescência e Drogas**/Ilana Pinsky, Marco Antônio Bessa (orgs.). – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

da substância. Não vem ao caso no presente trabalho analisar quais os efeitos dessas substâncias no organismo do ser humano. Contudo, é necessário ressaltar que ao longo da história, a maioria das drogas foram e continuam sendo utilizadas pelos mais diversos grupos sociais, com fins terapêuticos, recreacionais¹², religiosos, dentre outros, podendo seu uso ser considerado como fenômeno natural do ser humano ao longo dos tempos.¹³

1.1 ORIGENS DO PROIBICIONISMO

As drogas são substâncias largamente difundidas entre as mais diversas culturas, que as utilizavam e ainda o fazem para os mais distintos fins. Faz parte da cultura humana a curiosidade e a vontade de alterar o próprio estado de consciência, em busca de novas experiências. Também as drogas são substâncias que desde sempre despertaram forte interesse da medicina, a qual, em pesquisas possíveis, estuda a possibilidade de seu uso com finalidade terapêutica, como, por exemplo, para auxílio no tratamento de enfermidades como a esclerose múltipla ou então como atenuante dos severos efeitos colaterais do tratamento quimioterápico.¹⁴

Com o advento da expansão marítima e comercial, por meio das grandes navegações, a Europa começa a descobrir o tabaco, o ópio e o haxixe e passa a utilizar tais substâncias em todos os estratos sociais. Enquanto as classes abastadas procuravam remédios “exóticos”, as camadas pobres viam, principalmente na utilização do ópio, uma fonte de consolo para poderem de

¹² Entrevista do Professor Antônio ESCOHOTADO, autor do livro ***História geral de las drogas*** para o Documentário ***Cortina de Fumaça***, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=L44QDZjKNzY&feature=fvst>; Trechos do livro se encontram em <http://www.escohotado.org/> Acesso constante ao longo do trabalho.

¹³ FEFFERMANN, Marisa e FIGUEIREDO, Regina. “Redução de danos como estratégia de prevenção de drogas entre jovens”. In: **Boletim do Instituto de Saúde**, nº 40, dezembro de 2006. São Paulo, Instituto da Saúde – SES.

¹⁴ **Quais são os usos da maconha medicinal?** Disponível em <http://discoverybrasil.uol.com.br/web/vende-se-maconha/medicinal/> Acesso em: 01 out 2012.

certo modo “escapar” da dura realidade em que viviam, envoltas pela fome e pela miséria.¹⁵

Juntamente com o comércio de especiarias, surge, desta maneira, o mercado das substâncias psicoativas. Esse mercado rapidamente mostrou-se bastante rentável economicamente, sendo importante fonte de renda para as potências colonizadoras. Vale, aqui, em termos históricos, transcrever trecho da obra *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano, citado por D'ELIA FILHO¹⁶

Os espanhóis estimularam intensamente o consumo de coca. Era um negócio esplêndido. No século XVI, gastava-se tanto, em Potosí, em roupa européia para os opressores como em coca para os índios oprimidos. Quatrocentos mercadores espanhóis viviam, em Cuzco, do tráfico de coca, nas minas de Potosí, entravam anualmente cem mil cestos, com um milhão de quilos de folhas de coca. A Igreja cobrava impostos sobre a droga. O Inca Garcilaso de La Vieja nos diz, em seus “comentários reais”, que a maior parte da renda do bispo, dos cônegos e demais ministros da Igreja de Cuzco provinha dos dízimos sobre a coca, e que o transporte e a venda deste produto enriqueciam a muitos espanhóis.

O comércio de psicoativos se mostra tão lucrativo, que as primeiras guerras que envolveram tais substâncias ocorreram em nome de seu livre comércio, tal como as conhecidas “guerras do ópio”, de 1839 e 1856.¹⁷ No início do século XIX, o consumo do ópio era largamente difundido na China, sendo uma droga utilizada para fins medicinais bem como para incrementar o desempenho laboral dos trabalhadores.

A Coroa Britânica, que ocupava a região naquele período histórico, auferia grandes lucros ao investir na manufatura e na distribuição da droga

¹⁵ RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006, p. 28.

¹⁶ D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 76-77.

¹⁷ D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p.77.

para ganhar com sua participação na venda do ópio. Tal comércio passou a constituir elemento central da política externa inglesa¹⁸.

O Imperador da China, ao perceber que o consumo da substância estava largamente difundido, resolveu adotar a proibição, sob pena de severos castigos para quem fosse pego consumindo ou comercializando a substância. Foram adotadas medidas no sentido de se banir o ópio da China. Nesse meio tempo, os chineses mandaram apelo à Coroa Britânica explicitando os motivos pelos quais proibiram o ópio. Porém não foram ouvidos, haja vista o consumo do ópio na Inglaterra ser medicinal e a substância considerada menos danosa que o álcool por exemplo, o que levou a desconsideração da proposta chinesa por parte dos britânicos. Com isso, ocorreu forte reação da Inglaterra, a qual instalou suas bases comerciais do ópio em Hong Kong e em 1842 conseguiu assinar um Tratado com a China que lhe garantia grandes vantagens no comércio com o Oriente.¹⁹

Até fins do século XIX e início do século XX, substâncias como opiáceos (ópio, morfina) e cocaína tinham como maiores usuários, na Europa e nos Estados Unidos, senhoras de família. Na década de 80 do século XIX, com base em estudos de Sigmund Freud, publicados no ensaio “Uber Coca”, a produção de cocaína para fins farmacêuticos aumentou de maneira impressionante.²⁰ O mundo estava diante de novas perspectivas médicas para o tratamento de várias doenças.

Na mesma época, no entanto, nos Estados Unidos da América, começou a ganhar força o movimento pela proibição das drogas. Isto se deu principalmente com base no Protestantismo, doutrina religiosa que pregava o puritanismo, negando qualquer forma de prazer “terreno”, ainda mais por conta dos efeitos do uso de substâncias que pudessem alterar o estado normal de

¹⁸ RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006, p.34.

¹⁹ RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006, p.36.

²⁰ RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006, p. 30-31.

consciência, o que, em tese, afastaria os indivíduos dos valores morais cristãos. Com isso, organizaram-se vários grupos, como por exemplo o *Woman's Christian Temperance Union*, o *Prohibition Party* e o *Anti-saloon League*, grupos de base ideológica puritana, que passaram a pressionar o Estado norte-americano no sentido da proibição de substâncias, em especial o álcool, que causavam hábitos e vícios nocivos, contrários à tradição puritana e aos bons costumes.²¹

Ao mesmo tempo, no plano internacional, observando a maneira como o comércio de substâncias psicoativas gerava vultosos lucros, a diplomacia estadunidense passou a pressionar no sentido de obter a proibição de determinadas substâncias, acarretando, no ano de 1912, na 1ª. Convenção sobre o ópio da Haia, na qual os Estados Unidos adotam sua política proibicionista em âmbito internacional, sendo que o documento resultante desta Convenção restringia fortemente a circulação de opiáceos e da cocaína, bem como traz as primeiras noções de cooperação internacional no combate ao uso recreacional de substâncias psicoativas. A posição proibicionista norte-americana permanece fortemente consolidada até os dias atuais.

Muito se fala aqui, como em qualquer outro trabalho sobre o tema, a respeito da política norte-americana, por ser este país, sem margem para dúvidas, o mais influente a respeito da questão, atuante como norteador da postura da maioria dos outros países, seja com base na diplomacia, seja com base na imposição econômica ou até mesmo militar, a chamada cooperação internacional.

Em 1914, os EUA aprovam o “Harrison Act”, restringindo internamente o uso de opiáceos e da cocaína para usos médicos, adequando a legislação interna norte-americana aos parâmetros internacionais. Finalmente, em 1919 é aprovada a 18ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos da América, que traz à tona a famosa Lei Seca. A Lei Seca pode ser considerada como fruto da pressão de diversos setores da sociedade, em especial de grupos puritanos. Com o advento dessa lei, foi proibida toda e qualquer forma de produção,

²¹ RODRIGUES, Thiago. “Drogas, Proibição e Abolição das Penas”. In, PASSETTI, Edson (org.) **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012, p. 135.

distribuição, comércio e consumo de qualquer bebida alcoólica, dentre elas a cerveja.

Durante os quatorze anos de vigência, as consequências da Lei Seca foram trágicas. Fomentou-se um extenso mercado clandestino, que garantia a forte demanda por bebidas, fazendo surgir organizações criminosas que ficaram conhecidas no mundo inteiro sob o nome *Máfia* e consagrando os chamados *gângsters*, como o famoso *Al Capone*. A desmoralização das autoridades, o aumento da corrupção, a explosão de criminalidade em diversos estados e o enriquecimento dos contrabandistas tornam a Lei Seca, considerada o maior fracasso legislativo de todos os tempos nos Estados Unidos, verdadeiro paradigma das políticas proibicionistas.²²

1.2 DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA PROIBICIONISTA

Os estudos de criminologia, em especial a chamada criminologia positivista (etiológica) apresentavam como função primordial à investigação e à busca das causas do crime. Desde as primeiras definições da figura do criminoso (Lombroso) até a busca dos fatores que induziam os indivíduos a incorrer na prática criminosa. Atualmente convivem doutrinariamente algumas correntes criminológicas. Para a finalidade proposta na presente monografia, convém destacar algumas correntes, quais sejam, a criminologia interacionista (reação social), a criminologia radical.

A criminologia da reação social nos apresenta a ideia de rotulação e etiquetamento de determinadas pessoas. Nesse sentido, a teoria conhecida como *labelling approach* intenta definir porque certas condutas são consideradas desviantes (criminosas) e porque determinados indivíduos são estigmatizados como delinqüentes. De outra parte, a criminologia radical desenvolvida a partir da criminologia crítica, tem como um de seus maiores expoentes Juarez Cirino dos Santos. O autor defende a tese de que a criação da figura do criminoso e do crime é fruto necessário do processo de exploração capitalista apto a manipular grandes contingentes populacionais no sentido de subjugar-los à

²² **O que não aprendemos com a “Lei Seca” estadunidense.** Disponível em <<http://rede.outraspalavras.net/pontodecultura/2011/11/06/o-que-nao-aprendemos-com-a-lei-seca-estadunidense/>> Acesso em: 06 dez 2012.

condição de desempregados ou trabalhadores do subemprego, insuficiente para a manutenção das necessidades básicas individuais e familiares. E, para ele, o Direito Penal se apresenta como o principal instrumento para o efetivo exercício do controle social sobre estas camadas.

O Direito Penal é um sistema dinâmico desigual em todos os níveis de suas funções: a) ao nível da definição de crimes constitui proteção seletiva de bens jurídicos representativos das necessidades e interesses das classes hegemônicas nas relações de produção/circulação econômica e de poder político das sociedades capitalistas; b) ao nível da aplicação de penas constitui estigmatização seletiva de indivíduos excluídos das relações de produção e de poder político da formação social; c) ao nível da execução penal constitui repressão seletiva de marginalizados sociais do mercado de trabalho e, portanto, de sujeitos sem utilidade real nas relações de produção/distribuição material, mas com utilidade simbólica no processo de reprodução das condições sociais desiguais e opressivas do capitalismo.²³

Se se buscasse, em qualquer viés do Sistema Criminal, a efetiva resolução dos problemas geradores do crime, ou então, de outra parte, se houvesse o real interesse em extirpar a necessidade de se definir alguns sujeitos como criminosos, a atuação política do Estado, no sentido de definição das políticas criminais, deveria pautar-se em estudos criminológicos que abrangessem não só o campo jurídico, senão os demais setores do conjunto dos conhecimentos humanos, definindo, deste modo, uma política de atuação criminal que visasse à redução da violência por meio da garantia de direitos fundamentais.

Por política criminal, se entende a ação do Estado no sentido de combate à criminalidade, política esta que atualmente se encontra principalmente pautada por meio da atuação das agências de criminalização secundárias, em especial da polícia. Em suma, trata-se da ação concreta, visível no cotidiano. A política criminal se mostra fundamental na formação do Sistema Criminal porque é ela quem vai definir o que será ou não levado à esfera do Direito Penal, este consubstanciado nas relações jurídicas formadas a partir da existência do que é considerado “crime”. Assim, observa-se um papel preponderante da polícia, tendo em vista que esta instituição tem grande poder de decisão neste caminho entre o crime e intervenção do direito penal. Nesse sentido, afirma Augusto Thompson, citado por Orlando Zaccone:

²³ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Teoria da Pena**. Curitiba: ICPC, Lumen Juris, 2005, p. 35.

Exatamente ao reverso do que apregoa a ideologia, é a polícia quem controla a atividade do Judiciário, pois este só trabalha com o material concedido por aquela. Graças a isto pode o Judiciário manter uma aparência de isenção e pureza, uma vez que a parte ostensivamente suja da operação discriminatória se realiza antecedentemente à sua atuação.²⁴

Destaque-se desde já, que como obviamente a polícia não atua em todas as condutas que são consideradas crimes, por absoluta inviabilidade do intento, existe uma diferença entre o número de ocorrências, o que de fato é registrado e o que de fato é levado ao âmbito judicial, de modo que esta diferença gera o que a ANYAR DE CASTRO²⁵ alude como “*cifra oculta da criminalidade*”, ou seja, a diferença entre a criminalidade real e a criminalidade aparente, esta definida como a que aparece nas estatísticas oficiais.

Não é preciso refletir em demasia para se concluir que o grupo de indivíduos, cujos atos chegam até a esfera do judiciário criminal é aquele composto por pessoas que vivem em comunidades pobres, tendo em vista sua vulnerabilidade e vigilância constante, a absoluta ausência de privacidade bem como, e principalmente, a identificação, por parte da sociedade em geral, dessas pessoas como potenciais criminosos.

Estas breves observações acerca do conjunto formador do chamado Sistema Criminal, composto por criminologia, política criminal e direito penal, serve para embasar a situação no caso específico do combate às drogas, parte da temática deste trabalho.

RODRIGUES²⁶ nos mostra que a ingerência do Estado na questão das drogas se deu em três diferentes planos. Primeiramente, a intervenção no campo da medicina impôs a restrição do uso de determinadas substâncias para fins terapêuticos, instituindo um severo controle sobre a classe médica, que utilizava entorpecentes de forma corriqueira até então. Em seguida, a interferência estatal em hábitos privados, íntimos, representa a ingerência

²⁴ THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1998, p. 87. *apud* D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 16.

²⁵ ANYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da reação social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

²⁶ RODRIGUES, Thiago. “Drogas, Proibição e Abolição das Penas”. In, PASSETTI, Edson (org.) **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012

estatal na autonomia individual das pessoas, verdadeiro contrassenso, especialmente nos EUA, país que sempre se notabilizou pela postura liberal, também na esfera pessoal.

Por fim, e sem dúvida o fator mais importante, a ingerência estatal na questão drogas significou maneira bastante eficaz de se fazer o controle social de grupos minoritários. Nesse sentido, afirma RODRIGUES, com base nos escritos de PASSETTI:

Antes mesmo da elaboração das primeiras leis proibicionistas nos Estados Unidos, o moralismo organizado e não organizado já identificava o consumo de substâncias indutoras de estados alterados de consciência aos hábitos de minorias estigmatizadas. Assim, os negros eram identificados como consumidores de cocaína; os chineses, como viciados em ópio; os irlandeses, como inveterados bebedores de álcool; os mexicanos e outros hispânicos, como indolentes e lascivos fumadores de maconha. As substâncias indutoras de “prazeres pecaminosos” foram, desse modo, diretamente associadas pelos estadunidenses brancos e protestantes a comunidades que, nos Estados Unidos daquele momento, eram vistas com enorme desconfiança, quer fosse por seus hábitos exóticos e condenáveis, quer fosse pelos empregos que supostamente roubavam aos “cidadãos decentes.”²⁷

Vale dizer que as minorias étnicas, além dos preconceitos raciais, disputavam com os brancos o mercado de trabalho. Tal disputa, sem dúvida se afluou nos momentos de crise econômica, como na época da Depressão. Desta maneira, também na questão das drogas vemos o processo de exclusão e estigmatização das minorias, o qual vai se desenvolver por meio da noção de estereótipo e da separação consumidor/enfermo e traficante/delinquente que será abordada adiante.

Com isso, pode-se afirmar que as bases do proibicionismo se desenvolveram, e perduram até os dias atuais, sobre três planos de ameaça, quais sejam, à moral, à saúde pública e à segurança pública. Posteriormente, com a declaração de “guerra internacional” às drogas, o quarto plano de ameaça a emergir será a questão da segurança internacional.²⁸

²⁷ RODRIGUES, Thiago. “Drogas, Proibição e Abolição das Penas”. In, PASSETTI, Edson (org.) **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012, p. 137-138.

²⁸ RODRIGUES, Thiago. “Drogas, Proibição e Abolição das Penas”. In, PASSETTI, Edson (org.) **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012, p. 139-140.

O Sistema Criminal, de acordo com Rosa Del Olmo, trabalha na “guerra contra as drogas” por meio da criação daquilo que a autora denomina de **estereótipos**²⁹. Os estereótipos da droga foram se modificando ao longo dos anos, acompanhando os processos de criminalização destas substâncias, sendo que estes estereótipos foram (e são) largamente utilizados na construção de todo o sistema criminal antidrogas.

Sendo assim, no âmbito da Criminologia Tradicional, percebe-se a busca constante de fundamentação para a distinção entre usuário e traficante de entorpecentes. Já na esfera da política criminal, vários fatores são relevantes, como o ocultamento da cifra negra da criminalidade (privilegiando grupos sociais abastados com o estereótipo consumidor), o processo de criminalização primário, caracterizado pelo proibicionismo repressor, e o processo de criminalização secundário, com a difusão midiática do pânico e a criação do estereótipo demonizado do traficante.

Por fim, na esfera das relações jurídicas em sentido estrito, caracterizadas pela atuação do Direito Penal, destaca-se o olhar seletivo, ou seja, a associação de alguns grupos com sob a definição de “traficantes” de drogas (criminosos) e de outros grupos como usuários de drogas (enfermos).

Essa diferenciação, motivada muitas vezes por critérios como classe social e etnia, vai definir como o Direito Penal atua de maneira distinta, a depender do “status” do indivíduo, protagonizando diferenças de tratamento cujos resultados se mostram catastróficos, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes.

DEL OLMO³⁰ analisa historicamente o desenvolvimento do proibicionismo, especialmente as diretrizes políticas norte-americanas no combate aos entorpecentes ao longo do século XX e seus reflexos, especialmente na América Latina. Nos anos 1950, nos Estados Unidos, as drogas não constituíam ainda grande preocupação (muito embora a origem do

²⁹ Definição da palavra estereótipo, segundo o Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, em seu sentido sociológico: “Imagem mental padronizada, tida coletivamente por um grupo, refletindo uma opinião demasiadamente simplificada, atitude afetiva ou juízo incriterioso a respeito de uma situação, acontecimento, pessoa, raça, classe ou grupo social”.

³⁰ DEL OLMO, Rosa. *La cara oculta de la droga*. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988.

proibicionismo datar do início do século), pois estavam relacionadas a grupos urbanos marginalizados, como os negros e os latinos. Como tais grupos eram os maiores consumidores de psicotrópicos ilegais, a imagem deles começa a ser vinculada com práticas criminosas. Ao mesmo tempo, na América Latina, que sempre se pautou pelo alinhamento político aos EUA na questão, também as drogas passam a ser associadas com a violência, especialmente aquela protagonizada pelas camadas pobres da população.

O medo da difusão do consumo de drogas, especialmente para extratos sociais privilegiados, fomenta a construção de dois estereótipos, os quais DEL OLMO irá definir como modelos ético-jurídico e médico-sanitário³¹. Por meio do modelo ético-jurídico, atribuiu-se o consumo de drogas a uma forma de “perversão moral”, de envolvimento com pessoas e grupos “degenerados, dados ao vício e a orgias sexuais”³². Com isso, se fomenta o consumo de drogas como atitude social extremamente reprovável, sendo que o tratamento jurídico dado ao consumidor era o da hospitalização, para realização de tratamento. Note-se que já àquela época havia a noção que atualmente se tenta reinserir de internação compulsória de drogaditos.

Por sua vez, a difusão do modelo médico-sanitário, com a vinculação do problema da drogadição à saúde pública se deu principalmente em face dos primeiros pareceres médicos e farmacológicos, produzidos, principalmente, pelas Comissões das Nações Unidas criadas para lidar com o problema. Desse período histórico é fundamental se ter em mente a implantação de dois discursos distintos, porém complementares, quais sejam, o moral e o médico. O discurso moral associa droga com “periculosidade”, com as subculturas (minorias), ao passo que o discurso médico associa, obrigatoriamente, o consumo de drogas com dependência, com doença.

Nesse cenário, surge no plano da normativa internacional a Convenção Única sobre Estupefacientes³³ de 1961, a qual é marcada pelo discurso da

³¹ DEL OLMO, Rosa. **La cara oculta de la droga**. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988.

³² DEL OLMO, Rosa. **La cara oculta de la droga**. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988, p. 15.

³³ De acordo com o Professor Antônio Escotado, os grupos que pregam a intervenção coercitiva alegam que as substâncias estupefacientes necessitam esta intervenção pelo fato e

distinção entre usuário e traficante bem como pelo fortalecimento da ideia de cooperação internacional contra o tráfico internacional de drogas. É preciso lembrar que nesta época, anos 1950 e 1960, caracterizada pelo pós-guerra e implantação do modelo *american way of life*, também representa a difusão de movimentos político-culturais de questionamento do *status quo*. Era a época da contracultura, de movimentos sociais, culturais, místicos, que lutavam pela ampliação das liberdades individuais e das liberdades públicas. Para a sociedade “pura e casta”, era a época da rebeldia juvenil. A droga, nesse contexto, ganha fôlego. Para os grupos de questionamento, o uso de drogas e a conseqüente alteração do estado de percepção representava a possibilidade de exercício da autonomia individual, além de suscitar ideais humanistas e fomentar a interação e a cooperação entre os mais diversos extratos sociais, inclusive com o início do uso das chamadas drogas sintéticas³⁴.

Em síntese, a droga acabava servindo como instrumento da “rebeldia”. Com isso, o que se verifica nos Estados Unidos é uma verdadeira explosão no consumo de drogas, principalmente a maconha, ligada a grupos conhecidos *Hippies* e a festivais culturais, como, por exemplo, *Woodstock*. Dessa maneira, estava a droga vinculada à juventude branca estadunidense, concretizando o grande pavor da sociedade, exatamente o acesso dos jovens abastados as drogas. No entanto, como se pode verificar, um dos fatores que estimularam o consumo de entorpecentes por essa parcela da população foi justamente a proibição.

Assim, forma-se um cenário no qual a juventude rebelde, questionadora dos valores morais e políticos, envolve-se com grupos de negros e mexicanos, os quais “corrompiam os filhos de boas famílias” e passa a utilizar essas substâncias pouco conhecidas. A junção desses fatores contribui para tornar a droga sinônimo de “demônio”; gera-se o pavor na sociedade branca de classe média, com a identificação de um mal que deve ser combatido a todo e

causarem embrutecimento **moral** e intelectual. Note-se como o fator moral, os resquícios do puritanismo, ao longo da história e até hoje encontra-se bastante presente até os dias atuais. In: ESCOHOTADO, Antônio. *Historia general de las drogas*. Disponível em <<http://www.escohotado.org>> Acesso constante ao longo da obra.

³⁴ A experiência que talvez seja a mais famosa com o uso de drogas sintéticas seja a de Timothy Leary com o ácido lisérgico (LSD). Tal experiência, em que pese marcada por uma ideologia “alternativa” de modo de vida, é descrita no livro “A Experiência Psicodélica – Um manual baseado no livro tibetano dos mortos”

qualquer custo. Desta maneira, era preciso encontrar culpados, ou, pelo menos, “bodes expiatórios”, que fossem responsabilizados por desviarem a juventude do caminho da moral e dos bons costumes. Por óbvio, os “culpados” pertenciam às subculturas. Eram eles que implantavam esse “demônio”. Esses grupos, na construção do discurso foram os indicados como responsáveis por incitar a juventude ao consumo e consequentemente ao risco médico.

O envolvimento da juventude branca de classe média com o consumo de entorpecentes faz com que surgisse a necessidade de se reforçar o que DEL OLMO define como **ideologia da diferenciação**. Significa que os jovens abastados, em que pese envolvidos de todas as maneiras com as drogas, utilizadas como instrumento de “rebeldia”, deveriam receber algum tipo de sanção, porém não deveriam ser tratados como criminosos, afinal não pertenciam aos nichos cotidianamente criminalizados. Assim, segundo DEL OLMO

*De este modo puede afirmarse que en la década de los sesenta se observa un doble discurso sobre la droga, que bien puede denominarse el **discurso médico jurídico** por tratarse de un híbrido de los dos modelos predominantes (el modelo médico-sanitario y el modelo ético-jurídico), el cual serviría para establecer **la ideología de la diferenciación**, tan necesaria para poder distinguir entre consumidor y traficante. Es decir, entre enfermo y delincuente.³⁵*

Com isso, surgiu a necessidade de uma intervenção forte e imediata, pois a saúde dos jovens necessitava de proteção face esta grave ameaça trazida pelos “vampiros” que assolavam a classe média. A questão das drogas foi reduzida ao maniqueísmo e a predominância da moralidade fez com que a droga adquirisse o perfil de “demônio”.³⁶

Ao longo dos anos 1960, o consumo de drogas nos Estados Unidos tem um crescimento avassalador. Sua utilização já não mais se restringia às chamadas subculturas. O envolvimento de uma grande parcela dos jovens com o consumo dessas substâncias, principalmente com a maconha, fez com que as drogas fossem vistas como um “vírus contagioso”, que fomentavam uma

³⁵ DEL OLMO, Rosa. **La cara oculta de la droga**. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988, p. 21.

³⁶ DEL OLMO, Rosa. **La cara oculta de la droga**. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988, p. 20.

situação de terror para toda a sociedade norte-americana, o que fez com que o então Presidente daquela nação, Richard Nixon, afirmasse que “*el abuso de drogas há adquirido dimensiones de una emergencia nacional*”³⁷.

A percepção dos entorpecentes como ameaça da ordem fomentou os primeiros passos da “guerra contra as drogas”. É interessante destacar um dos graves efeitos do proibicionismo. Com a explosão do consumo de maconha, nos anos 60, o governo americano iniciou uma grande empreitada no sentido de extirpar a droga dos EUA, realizando operações que impediam a chegada do entorpecente do México, principal fornecedor. O resultado do projeto foi a difusão da produção de maconha para outros locais, como a Jamaica, bem como o estímulo ao consumo de outros psicotrópicos, muito mais danosos, como a heroína³⁸.

Como os EUA não obtiveram êxito no intento de acabar com o consumo de entorpecentes em seu próprio país, o caminho político a ser adotado para conter a sociedade que clamava por uma solução do problema foi a transferência do inimigo interno para o inimigo externo. A ideia era vender para a sociedade americana a noção de que o povo dos Estados Unidos era vítima dos países produtores de drogas, como os países da Ásia e da América Latina. Daí surge a noção de transnacionalização do combate aos entorpecentes, ou seja, “*se comienza a exportar la aplicación de la ley em matéria de drogas, es decir, a legitimar el discurso jurídico-político y el estereotipo político-delictivo de la droga más allá de la frontera de los Estados Unidos*”³⁹. Isso significou, em termos práticos, a consolidação de diversos instrumentos legais, como, no caso do Brasil, as Leis nº 5726/71 e nº 6368/76. Os EUA como país mais influente do mundo conseguiu impor sua política de repressão para os países do chamado terceiro mundo, envolvidos com a produção e a distribuição dos entorpecentes.

³⁷ DEL OLMO, Rosa. **La cara oculta de la droga**. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988, p. 24.

³⁸ DEL OLMO, Rosa. **La cara oculta de la droga**. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988.

³⁹ DEL OLMO, Rosa. **La cara oculta de la droga**. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988, p. 34-35.

Cabe ressaltar que a questão das drogas foi e em certa medida continua sendo difundida perante a sociedade como um problema médico. No entanto, como podemos observar, está calcada fundamentalmente na questão geopolítica, o que levou o psiquiatra Sidney Cohen a afirmar

*Ya los aspectos de la salud pública no son tan graves aun cuando la morbilidad y la mortalidad aumentan por la cocaína. Es el impacto desorganizador de los miles de millones de cocadólares en las naciones productoras y consumidoras, lo cual produce un nivel de corrupción, violencia y desmoralización que nos daña a todos.*⁴⁰

A normativa internacional consolidou a visão de guerra contra as drogas e as chamadas Convenções das Nações Unidas de 1971 e 1988 (Convenções de Viena), capitaneadas pelos EUA, ratificaram a ideia de cooperação internacional na luta contra os entorpecentes. As realidades locais, principalmente dos países produtores de matéria prima para drogas em nenhum momento são levadas em consideração, fazendo com que o grande mercado ilegal das drogas fomentasse a carnificina nos países produtores ou na rota de distribuição e refino de drogas (Brasil), tanto por conta da ação dos chamados “narcotraficantes”, quanto por conta da ação repressora do Estado.

A administração norte-americana também pressionou para que estas ditaduras [latinoamericanas] declarassem *guerra à droga*, numa primeira versão vinculada estritamente à segurança nacional: o traficante era um agente que pretendia debilitar a sociedade ocidental, o jovem que fumava maconha era um *subversivo*, guerrilheiros eram confundidos com e identificados a narcotraficantes (a *narcoguerrilha*) etc. À medida que se aproximava a queda do *muro de Berlim*, tornou-se necessário eleger outro inimigo para justificar a alucinação de uma nova guerra e manter níveis repressivos elevados. Para isso, reforçou-se a *guerra contra as drogas*.⁴¹

A transformação da América Latina em campo de batalha da guerra contra as drogas gerou, como o resultado de qualquer guerra, mortes e destruição. A aplicação de recursos cada vez mais volumosos e do aumento do encarceramento dos indivíduos atuante no comércio varejista da droga, sem qualquer resultado efetivo no objetivo de diminuição do consumo, demonstra

⁴⁰ DEL OLMO, Rosa. **La cara oculta de la droga**. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988, p. 51.

⁴¹ ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 51.

como a esquizofrenia do discurso moralista provocou tragédias e não trouxe soluções⁴².

O resultado obtido com a política *war on drugs* não foi outro senão o aumento do consumo de entorpecentes, o aumento da produção e dos lucros de quem realmente ganha com esse mercado. O proibicionismo é o maior responsável pela tragédia mortífera e encarceradora encontrada especialmente nos países da América Latina. A necessidade de um novo foco no debate sobre as drogas se mostra urgente. Afinal, questionamos, assim como RODRIGUES, “Qual o sentido, então, em manter uma “guerra perdida”?”⁴³

1.3 PROIBICIONISMO E A ATUAL LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

O sistema brasileiro proibicionista está alicerçado por ideologias de diversos campos, que se complementam na formulação do discurso que legitima a repressão. Segundo CARVALHO,⁴⁴ o tripé ideológico que sustenta o modelo proibicionista em nosso país é representado pelos Movimentos de Lei e Ordem, pela Ideologia da Defesa Social e pela Doutrina da Segurança Nacional⁴⁵. Tais campos fomentam o discurso repressivo, tornando a questão das drogas um problema extremamente complexo, eis que deve ser abordado

⁴² Paulo César de Campos Morais traz interessantes dados sobre os gastos que fomentaram a política de repressão: “Entre 1996 e 2002, os Estados Unidos enviaram para o governo brasileiro, somente em uma rubrica, US\$ 15,690,000.00. Para 2003, previu-se um montante de US\$ 12 milhões e para 2004, mais US\$ 12 milhões. Para toda a América Latina, previa-se o desembolso de US\$ 825 milhões (INC, 2002). Entre 1980 e 1998, o orçamento norte-americano despendido para a política de drogas passou de US\$ 1 bilhão para 17 bilhões (Reinarman, 2000). Para 2004, foram destinados US\$ 12,1 bilhões e para 2005 serão US\$ 12,6 bilhões (NDCS, 2004; 2004b)”. MORAIS, Paulo César de Campos. **Drogas e Políticas Públicas**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas UFMG: Belo Horizonte, 2005, p.21.

⁴³ RODRIGUES, Thiago. Tráfico, Guerra e Proibição. In: **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Beatriz Caluby Labate [et. al.], (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2008, p. 95.

⁴⁴ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

⁴⁵ Aqui partilhamos do entendimento de que a Doutrina da Segurança Nacional não se configura propriamente como uma Ideologia, porém simplesmente como a criação de um estado de guerra total e permanente, no qual se exige forte militarização de toda a sociedade para a proteção do modelo ocidental de estado, ainda que para tal proteção fosse montado um estado de polícia para a repressão ao crime. In. ZAFFARONI, Eugênio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro & SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro – I**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 608-609.

sob várias óticas distintas, porém convergentes para a lógica do combate intenso, sem a perspectiva de novas maneiras de abordagem do problema.

A Ideologia da Defesa Social (IDS) surge como base doutrinária para a atuação estatal em âmbito penal, privilegiando a repressão dos sujeitos que são definidos por meio da chamada criminologia interacionista (Reação Social), definindo o sujeito enquanto criminoso pelo que ele é e não pelo que ele fez. Nesse sentido, a Ideologia da Defesa Social dissemina o senso comum sobre o crime, o criminoso e a resposta punitiva, fazendo com que tenhamos uma espécie de “conhecimento geral” a respeito do crime, que exige respostas absolutamente repressivas. Entre os criminólogos, esse “senso comum” é conhecido como *Every Day Theories*.⁴⁶

BARATTA⁴⁷ identifica os princípios norteadores da IDS, dentre os quais vale destacarmos o Princípio da Legitimidade, que fundamenta o poder punitivo do Estado por meio das instituições de controle social (polícia, o judiciário, penitenciárias, etc.), buscando reafirmar os valores da sociedade; Princípio do Bem e do Mal, o qual de maneira puramente maniqueísta distingue a sociedade (enquanto unidade) do delinquente, deixando-os de lados completamente opostos, sendo obviamente, a sociedade representante do bem e o criminoso o representante do mal; Princípio da Prevenção, que consagra a ideia de Prevenção Geral. Esta, por sua vez, parte da premissa de que a possibilidade de aplicação de uma pena, de um castigo, por si só inibe a prática de delitos; Princípio da Igualdade, que afirma que a reação penal atua de forma igualitária perante todos os indivíduos, dando a falsa ideia de que todos são iguais perante a repressão penal.

Em que pese, no campo da Criminologia Crítica, principalmente tendo em vista a teoria da rotulação ou do etiquetamento (*labelling aproach*), a construção dogmática da Ideologia da Defesa Social ter sido completamente superada, sendo desconstruída por completo em todos os seus fundamentos, tal doutrina permanece amplamente difundida nos dias atuais, inclusive, e de maneira mais importante, entre os agentes que labutam nas diversas

⁴⁶ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007, p.33.

⁴⁷ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002, p.42.

instituições que realizam o controle social. Isso porque a Ideologia da Defesa Social se auto legitima cotidianamente, ao se afirmar como poder racionalizado que previne o crime e protege bens jurídicos tidos como universais.⁴⁸ É inegável que, ainda hoje, essa ideia se encontra fortemente enraizada em vários setores da sociedade, principalmente no senso comum, dificultando e muito um debate realmente progressivo.

Nos países periféricos, inclusive no Brasil, aliada à Doutrina da Segurança Nacional, que prega o estado de guerra total, a IDS permitiu a formulação legislativa de leis que afrontam sobremaneira as garantias fundamentais constitucionais, como a própria legislação antidrogas⁴⁹ (Lei nº 11.343/2006), a lei de crimes hediondos (lei 8.072/90), lei que instituiu o regime disciplinar diferenciado (lei nº 10.792/03), dentre outras.

Uma variante da IDS é o chamado Movimento de Defesa Social (MDS), que tem em Filippo Gramatica e especialmente em Marc Ancel, com sua obra *A Nova Defesa Social*,⁵⁰ seus principais nomes. Tal teoria busca aliar a Prevenção Geral, buscando a proteção da sociedade com uma função da pena que não se mostrasse tão somente retributiva, porém inserindo a noção de ressocialização na busca de um caráter humanista da pena. O objetivo é o de passar uma ideia de racionalidade ao sistema penal. No entanto, com a criação de características como periculosidade, reeducação, medidas de segurança, dentre outras, bem como o fato de se pretender como movimento universalista⁵¹, portanto alheio a qualquer peculiaridade local, o movimento de defesa social mostrou-se, como critica BARATTA, apenas como em uma forma

⁴⁸ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007, p. 36.

⁴⁹ O art. 44 da Lei 11.343/06 afasta a possibilidade de concessão de fiança, *sursis*, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, nos crimes de tráfico de entorpecentes e seus corolários, definidos entre os art. 33 e 37 da referida lei. No entanto, o Supremo Tribunal Federal apontou a inconstitucionalidade do dispositivo, por agressão ao Princípio da Individualização da Pena (HC 82.959-SP, 23/02/2006) In. BACILA, Carlos Roberto & RANGEL, Paulo. **Comentários Penais e Processuais Penais à Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007, p. 160.

⁵⁰ ANCEL, Marc. **A nova defesa social: um movimento de política criminal humanista**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

⁵¹ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007, p. 37-38.

de aperfeiçoamento da ideologia da defesa social⁵². Com isso, os bodes expiatórios continuavam a ser o alvo do sistema penal eminentemente seletivo.

Com o advento, no âmbito internacional, da Guerra Fria e, no cenário nacional, da ditadura militar, emergem e se integram ao discurso repressivo a Doutrina da Segurança Nacional e os Movimentos de Lei e Ordem. Isso se dá ao mesmo tempo em que se fortalece a transnacionalização do combate às drogas, com a transferência do inimigo interno para a ameaça externa, ao se consolidar a ideia de que os países produtores de drogas eram os verdadeiros responsáveis pelo problema, com o qual atacavam as nações consumidoras de estupefacientes.

Deste modo, a partir de agora, o criminoso, como um todo, não só o chamado traficante de drogas, além de se configurar como potencial violador de bens jurídicos assume também a faceta de “subversivo”, ou seja, o elemento político é incorporado à figura do criminoso, o qual tem sua periculosidade extremamente incrementada, eis que se configura, agora, como uma real ameaça ao Estado e à sociedade. Com isso, fecha-se o discurso. No caso da droga, o “traficante” é ligado ao crime organizado, a grupos paramilitares subversivos, o que gera o sentimento de pânico na sociedade.

Com a emergência da Lei nº 11.343/06, nova Lei de Tóxicos, pouca coisa de novo se mostrou evidente. O reforço no estereotipo delitivo para alguns e no estereotipo médico para outros e o recrudescimento das penas para o tráfico são pontos a serem destacados. Vale destacar, no entanto, a não punição com pena privativa de liberdade do usuário de drogas.

A atual Lei 11.343, promulgada em 2006, prevê a criação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e a prescrição de medidas para a prevenção de uso indevido, a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, sem abdicar da repressão à produção não autorizada e ao tráfico de drogas ilícitas. Uma das mudanças trazidas por esta Lei em relação à anterior - Lei nº 6.368/76 - foi a de não punir o usuário de drogas com pena de privação de liberdade. Ao invés da prisão, a lei trouxe uma série de outras penas descritas em seu artigo 28, como advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e comparecimento a programas ou curso educativo.

Porém, a manutenção do pânico relativo a tudo o que envolve a palavra “droga”, fez com que a não punição do usuário com pena privativa de liberdade

⁵² CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007, p. 38.

ensejasse uma ampliação daquilo que era considerado tráfico. Deste modo, com o advento da Lei nº 11.343/2006, o número de encarcerados pela prática de tráfico de drogas explodiu. Na dúvida, considera-se o indiciado traficante e não usuário de drogas. Lamentavelmente, em nosso país, os grupos criminalizáveis são considerados culpados, até prova em contrário.

Houve um grande aumento do número de presos por tráfico de drogas após 2006. Em 2009, um estudo com base em pesquisa de decisões judiciais, datadas de outubro de 2006 a maio de 2008, apontou que mais de 90% dos indiciados por tráfico de drogas estavam na prisão enquanto seus casos eram julgados pelo Superior Tribunal de Justiça. Destes, quase 67% não tinham antecedentes criminais (BOITEUX, 2009). O estudo concluiu que a nova legislação não era eficaz para acessar os grandes traficantes de drogas, já que a seletividade do sistema de justiça criminal recaía apenas sobre os pequenos traficantes de droga, o mesmo que Raupp (2005) já havia identificado quando estava em vigor a legislação anterior. Ou seja, a mudança legislativa não impactou de forma significativa o combate ao grande tráfico de drogas, permanecendo focado nos segmentos mais vulneráveis do comércio de drogas ilícitas.⁵³

Com isso, o que podemos afirmar com a promulgação da já não tão nova lei de drogas é o fato de que existe uma espécie de “mal-estar” com a política bélica adotada no combate às drogas. Sabe-se que a América Latina virou campo de batalha de uma guerra criada externamente e que produz cada vez mais vítimas. A política criminal de drogas no Brasil, assim como em grande parte do mundo que insiste no proibicionismo revelou-se um grande fracasso. Mesmo assim, a todo tempo surgem novas propostas que intentam reformar esta política⁵⁴. No entanto, enquanto os estereótipos e o moralismo estiverem no centro da cena, o panorama geral de aumento de produção e consumo e de criminalização da pobreza permanecerá. Bem por isso, afirma MALAGUTI BATISTA

⁵³ **Prisão Provisória e Lei de Drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo.** [recurso eletrônico] / Maria Gorete Marques de Jesus, Amanda Hildebrando Oi; Thiago Thadeu da Rocha; Pedro Lagatta; Coordenador: Maria Gorete Marques de Jesus, p. 9.

⁵⁴ O Projeto de Lei 7663/2010 de autoria do Deputado Federal Osmar Terra (PMDB/RS), propõe alterações na Lei 11.343/06. Vale destacar do projeto a proposta de uma classificação das drogas de acordo com sua periculosidade, tornando, por exemplo, a pena do traficante de “crack” mais dura que a pena para traficantes de outras drogas. Ainda, tal projeto prevê a internação compulsória de dependentes com o consentimento da família, bem como trata do financiamento público das entidades que promovem o tratamento. Observe-se, deste modo, que há a percepção de que o problema não se encontra bem resolvido, ou melhor, apresenta política pública totalmente ineficaz. No entanto, não consegue se desvincular do estereótipo da diferenciação e ainda aposta na repressão como solução da problemática.

Nossa política criminal de drogas é um tigre de papel: sua fraqueza provém de sua força. Seu formato de *cruzada* nada tem feito contra o demônio que finge combater: a dependência química. É por isso que as novidades que surgem são tão velhas como os rugidos cíclicos por redução da maioridade penal, mais penas, pena de morte, etc. Quando se fala em descriminalização do consumo, ninguém ousa ultrapassar o limite. Negocia-se a descriminalização com o aumento de penas para o tráfico,⁵⁵ aprofundando a lógica perversa do duplo estereótipo médico ou criminal, segundo a classe social. Os tribunais de drogas, introduzidos no Brasil sob o patrocínio do Consulado Americano, propõem, agora, uma *justiça terapêutica*, unindo a punição e a cura numa perspectiva de criminalização do atendimento médico, que passa a ser administrado pela justiça criminal.⁵⁶

1.4 SELETIVIDADE PUNITIVA DO SISTEMA ANTIDROGAS

Os sujeitos definidos como traficantes de droga perdem sua humanidade e, portanto, a própria condição de sujeitos. Isto é facilmente verificável com a eminente descartabilidade de tais pessoas, cujas mortes diuturnamente anunciadas não causam qualquer tipo de inquietação por parte da sociedade, a qual, em sentido diverso, em muitos casos vê a morte de envolvidos com drogas como algo positivo. Significa que o estigma, o rótulo de traficante, é a assinatura que legitima a aplicação da pena capital contra esses indivíduos bem como lhes extirpa qualquer tipo de garantias. O traficante não tem direitos, senão que deve tão somente ser neutralizado.

Esse poderio simbólico em torno da figura do traficante é demonstrado por D'ELIA FILHO quando da pesquisa de editoriais do jornal O Globo, que tratassem a respeito da questão. Procura-se vincular a imagem da droga à existência de um Estado Paralelo, que pudesse por em xeque o Estado de Direito, a democracia.

Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (Nesa), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e publicada pelo *Globo*, chegou a uma conclusão alarmante: um em cada quatro jovens favelados cariocas, na faixa entre 10 e 19 anos de idade, tem alguma ligação com o tráfico. Quer dizer, 25%

⁵⁶ MALAGUTI BATISTA, Vera. "*História sem fim*". In, PASSETTI, Edson (org.) **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012, p. 158-159.

dos jovens favelados da cidade já trabalham para o crime organizado. Como há 1 milhão de favelados no Rio, conclui-se que está em formação um exército de marginais.⁵⁷

No entanto, *“a ideia da formação de um “exército de marginais” através do comércio de drogas ilícitas é tão fantasiosa como a existência de armas químicas no Iraque. Pode até servir para justificar uma guerra, mas não se comprova através de dados reais”*⁵⁸. Por conta disso, existe o questionamento de quem seriam os traficantes de drogas. É emblemático pensar na existência de um crime organizado, que lucra vultosamente, ao passo que ao vermos na mídia ou mesmo na atividade acadêmica que os jovens que são presos ou apreendidos por conta do tráfico em nada lembram alguém que de fato esteja lucrando com isso. Não é razoável imaginar que a figura maltrapilho, notadamente castigada pelo uso da droga se caracterize como um empresário do mercado negro que coloca em risco a saúde pública.

No entanto, tendo em vista a extraordinária soma de capital movimentada diariamente pelo “narcotráfico” internacional, em comparação com o perfil quase desumano do indivíduo atingido pela repressão penal, nos indagamos sobre quem realmente lucra com esse negócio, para onde vai o dinheiro do “narcotráfico” e como este dinheiro retorna à legalidade. ARBEX JR. e TOGNOLLI nos dão pistas nesse sentido:

O banqueiro saudita Gaith Pharaon, à época um dos quinze homens mais ricos do mundo, declarou em Buenos Aires, que todos os grandes bancos lavam dinheiro do narcotráfico, incluindo instituições como o First Bank of Boston e o Crédit Suisse. Pharaon se ressentia do fato de que apenas o seu Bank of Credit and Commerce International, estopim de um grande escândalo financeiro em 1992, fosse citado com frequência por suas vinculações com o narcotráfico. Pharaon era também dono de uma cadeia de supermercados na França, acionista da rede mundial do Club Méditerranée e da rede de hotéis Hiatt, de cinco estrelas. Entre seus amigos estavam homens ilustres, como o presidente Carlos Menem da Argentina. Tudo isso faz com suas declarações adquiram uma importância especial e permite que se vislumbre um pouco da

⁵⁷ D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 120-121.

⁵⁸ D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 121.

hipocrisia dos capitalistas que se comportam, publicamente, como donzelas indignadas contra o crime organizado e as drogas.⁵⁹

Destarte, concluímos que o sujeito que é alvo da repressão penal pouco, ou nada tem de participação na lucratividade da proibição. São, de fato, os acionistas do nada. Agora, outra dúvida surge. Porque tão somente os pobres sofrem com a ação punitiva estatal? Porque não se investiga a fundo a existência e o modo de funcionamento, bem como não se combatem quem realmente lucra com isso? A resposta está em vários fatores que tornam esses indivíduos invulneráveis ao Sistema Criminal. Essa invulnerabilidade é explicada por ZAFFARONI e BATISTA, por meio da definição dos conceitos de criminalização primária e criminalização secundária.

Para os autores, criminalização primária “*é o ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas*”⁶⁰, ou seja, é a ação legislativa que cria a norma incriminadora. Isso permite, em tese, a punição de qualquer pessoa que esteja envolvida, no nosso caso, com o tráfico de drogas. Porém a criminalização primária tão somente demonstra o programa a ser seguido pelas agências de criminalização secundárias (policiais, agentes do judiciário, agentes penitenciários), isso porque a criminalização secundária é “*a ação punitiva exercida sobre pessoas concretas*”⁶¹.

As agências de criminalização secundária, especialmente a polícia, não possui estrutura e conhecimento para operar sobre todas as condutas consideradas crimes, embora seja referida como quem conhece o crime e o criminoso⁶². Deste modo, ela age de maneira seletiva e influenciada por outras agências, como a mídia. Assim, a seleção se dá conforme o estereótipo da pessoa, fazendo com que os agentes do comércio varejista de drogas, os quais

⁵⁹ ARBERX JR., e TOGNOLLI, Cláudio Júlio. **O século do crime**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996, p.213 *apud* D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 24.

⁶⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro & SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro – I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 4ª Ed., p. 43.

⁶¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro & SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro – I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 4ª Ed., p. 43.

⁶² ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro & SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro – I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 4ª Ed., p. 56.

agem de maneira pouco sofisticada e não apresentam muitos problemas no momento em que são inseridos no sistema (dificuldade de assistência jurídica), sejam alvo principal do sistema criminal, deixando-se de lado quem não é estereotipado, no caso aqueles que realmente lucram com as drogas e sua proibição.

Por todos esses motivos, a repressão às drogas se dá tão somente nas pontas mais vulneráveis do sistema das drogas, quais sejam, a produção e o comércio varejista. Como o Brasil não se caracteriza como grande produtor, a grande atuação se encontra no pequeno comércio, no qual se inserem as crianças e adolescentes protagonistas do presente trabalho. Agora, é preciso destacar que além do plantio, as drogas percorrem a produção, a distribuição internacional de grande escala e, após a venda no varejo, tem seus lucros retornando à licitude por meio da lavagem de dinheiro. O combate às drogas nesse aspecto é parco, para não dizer nulo.

Porém estamos diante de quem realmente lucra principalmente pelo fato de as drogas serem proibidas. Significa que o sistema penal tem o conhecimento de que não tem condições de combater o problema, sendo então, utilizado para outras funções que levam à punição em massa de grupos selecionados.

Deste modo, percebe-se uma distinção entre as funções declaradas do sistema penal em contraponto com as funções reais que ele exerce. Nesse sentido, Louk Hulsman⁶³ apresenta três críticas principais. Primeiramente, as chamadas *“cifras ocultas da criminalidade”*. As políticas de recrudescimento penal, baseadas na militarização (ideologia da segurança nacional) e no aumento dos contingentes burocráticos (agências estatais de controle social), destinados a dar conta da hipertrofia da legislação criminal (criminalização primária) não suportam a demanda que lhes são destinadas. Isso significa, em outras palavras, que o Estado é absolutamente incapaz de cumprir com os objetivos declarados de drástica redução ou então redução da criminalidade, pois é impossível contar com estrutura e pessoal suficientes para a prevenção, investigação, judicialização e execução de medidas penais. Por isso a grande

⁶³ HULSMAN, Louk. Descriminalização. In. **Revista de Direito Penal (09/10)**. Rio de Janeiro: Forense, 1973. *Apud* CARVALHO, Salo de. Obra Citada, p. 100.

quantidade de condutas criminalizadas geraria a famigerada “sensação de impunidade”, tendo em vista que a quantidade de fatos típicos que de fato acontecem é evidentemente maior que a quantidade de condutas nas quais o Estado age de alguma maneira.

Em segundo lugar, é preciso reforçar o papel distorcido da instituição polícia no meio desse processo. Neste cenário de várias condutas criminalizadas e insuficiência do aparelho de repressão, a seletividade se mostra como única alternativa. Isso porque

[...] tendo em vista sua escassa capacidade perante a imensidão do programa que discursivamente lhes é recomendado, devem [as agências de criminalização secundárias] optar pela inatividade ou pela seleção. Como a inatividade acarretaria se desaparecimento, elas seguem a regra de toda burocracia e procedem à seleção. Este poder corresponde fundamentalmente às agências policiais⁶⁴

Vale dizer que, como afirma ZAFFARONI, que a atividade de seleção realizada pela polícia também é influenciada pelas demais agências de criminalização secundárias, como as políticas e as de comunicação social. No entanto, é fundamental ressaltar esse papel preponderante da polícia, que acaba controlando de maneira negativa todas as demais agências que lidam diretamente no sistema criminal.

Por fim, a terceira crítica que se faz ao sistema criminal em relação às suas funções reais se dá no tocante ao chamado custo social da criminalização. Nesse sentido a questão das drogas talvez seja o melhor exemplo. O custo decorrente da criminalização gera efeitos mais danosos que o próprio delito. Isso porque, dada a centralidade do sistema penal na busca pela punição dos autores dos fatos criminalizados, é criado um grande contingente de indivíduos rotulados e estigmatizados, os quais são submetidos aos efeitos trágicos da privação de liberdade (presídios, manicômios, instituições socioeducativas), sem possibilidade de assistência (estereotipo traficante/delinquente) e naturalmente suscetíveis à reiteração nas condutas criminalizadas.

O funcionamento débil do sistema criminal, com o papel preponderante da polícia na seleção dos casos que de fato entrarão nas estatísticas do crime

⁶⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro & SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro – I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 4ª Ed., p. 44-45.

e no controle das demais agências atuantes, faz com que de tempos em tempos vejamos atuações no sentido de extirpar a criminalidade de determinado local ou região. Destaque-se, novamente, que o papel da polícia é importante no momento de seleção de criminalizados, porém sua competência institucional e seu perfil estrutural permitem tão somente sua atuação nos grupos mais vulneráveis, os quais agem de maneira mais explícita e grotesca, sendo, portanto, mais facilmente detectados, ou seja, a obra tosca da criminalidade.⁶⁵

Por óbvio que a atuação combativa à obra tosca da criminalidade não resolve o problema. No entanto, ela exerce um papel simbólico fundamental na legitimação do sistema criminal. Como é impossível a repressão total dos crimes, a “impunidade” aparece como regra, ao passo que a criminalização é exceção. Dessa maneira, vende-se a impunidade de modo a fazer com que a sociedade reivindique de maneira cada vez mais intensa pela adoção de novas medidas repressivas. Assim, diuturnamente nos deparamos com novas demandas exigindo a redução da maioria penal, a adoção de penas mais severas como a pena de morte, o aumento do efetivo policial, a construção de mais presídios. O poder político age, então, utilizando-se do instrumental policial, no sentido de atenuar o ímpeto punitivo da sociedade, promovendo “soluções mágicas”, que, em que pese não cheguem nem perto do objetivo de acabar com o crime, por outro lado garantem muitos votos.

Exemplo de atuação midiática e trágica da polícia foi a conhecida Operação Rio, realizada no Município do Rio de Janeiro no ano de 1994. Tratou-se de verdadeira operação de guerra, com a utilização de táticas militares, para o combate ao tráfico de drogas em determinadas localidades de tal Município. Tempos depois, influenciada pela “necessidade” amplamente fomentada pela mídia de uma “ação de guerra”, ocorreu o episódio conhecido como a “invasão do Complexo do Alemão” na mesma cidade, sobre os mesmos fundamentos outrora fracassados. A criação do Estado de Exceção pode ter sido bem aceita pela sociedade afoita pela execução de ações de lei e ordem, porém

⁶⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro & SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro – I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 4ª Ed, p. 46.

As consequências do fracasso da operação militar no Rio de Janeiro foram notórias: (a) insucesso no controle do tráfico e (b) inúmeras lesões aos direitos fundamentais da população residente nas áreas de intervenção (detenções ilegais, busca e apreensões sem autorização judicial), pois, conforme confissão do General Câmara Senna *“infelizmente alguns direitos constitucionais estão sendo prejudicados. Eu reconheço que está havendo um cerceamento das liberdades. Nós não somos um batalhão de assistentes sociais. É impossível evitar um ou outro excesso. É preciso às vezes ser duro, ríspido, na ponta da linha”*.⁶⁶

Quase vinte anos depois é notório que operações como a citada não obtiveram êxito no intento de acabar com o tráfico de drogas. No entanto, a mesma lógica de intervenção continua sendo utilizada, porém com outro nome. Agora, as Unidades de Polícia Pacificadora ou, no caso do Estado do Paraná as Unidades Paraná Seguro pretendem por um fim na criminalidade não só do tráfico, como de todos os crimes, por meio da concepção de uma polícia “cidadã”, porém que segue a mesma lógica de atribuir a criminalidade a determinados grupos e lugares, exercendo sobre estes a vigilância e o controle social absoluto, ferindo uma série de direitos e garantias próprias de um Estado Democrático de Direito.

1.5 DISCURSO IDEOLÓGICO E A DIFUSÃO DO MEDO

Quando falamos que a questão da droga se apóia no discurso ideológico, temos que ter em mente a relatividade do conceito de crime. Nesse sentido, acompanhamos o pensamento de KARAM⁶⁷, que nos demonstra que o controle social se manifesta pela intervenção da lei penal, a qual qualifica determinadas condutas como crime. No entanto, é fundamental ressaltar que não existe um conceito natural de crime. Crime é aquilo que o Estado define enquanto tal, baseado em valores geralmente de cunho moral, nos diversos momentos históricos de elaboração da lei penal.

Por isso mesmo, temos que condutas que outrora foram qualificadas como crime, tal qual as relações homoafetivas, a título de exemplo, que hoje se

⁶⁶ CARVALHO, Salo de. Obra citada, pg. 55.

⁶⁷ KARAM, Maria Lúcia. “Pela Abolição do Sistema Penal”. In, PASSETTI, Edson (org.) **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012.

tornaram condutas socialmente aceitas, não constituindo mais objeto de intervenção penal⁶⁸.

Nesse panorama, insere-se a questão das drogas. O desenvolvimento da política proibicionista, iniciada pelos Estados Unidos na busca do fortalecimento de valores morais e puritanos, fomentou a produção legislativa proibitiva, a qual criminalizou toda e qualquer ação a envolver praticamente qualquer forma de contato com as substâncias ditas entorpecentes.

Tendo em vista a existência de drogas lícitas e ilícitas, bem como considerando que todas elas tem a capacidade, em maior ou menor escala, de, quando utilizadas de maneira imprudente, causar danos à saúde do usuário, e considerando, ainda, que das drogas atualmente mais difundidas muitas delas já foram em algum momento histórico livremente utilizadas, temos que o discurso moralista impede o debate aberto e sereno⁶⁹ a respeito da problemática das drogas.

Muito ao contrário, o que temos é a ampliação do discurso demonizador, do discurso do pânico. Essa forma de difusão do medo não é nova. Em tempos passados, o discurso já se valeu de expressões como “bruxaria” ou “heresia”⁷⁰ para definir inimigos e causar pavor. Hoje em dia, essas mesmas expressões continuam sendo utilizadas, sendo que somente foram repaginadas. Diuturnamente escutamos construções como “crime organizado”, “narcotráfico”, “traficantes”, dentre outras.

No mundo atual, a mídia aparece como fonte extremamente eficiente de divulgação e ampliação do discurso do medo, fomentando e sugerindo o aumento da atuação repressiva e criando uma espécie de senso comum da

⁶⁸ Por óbvio que consideramos, no presente trabalho, a aceitação social das relações homoafetivas enquanto prática que não mais representa conduta tipificada pela lei penal. Não se pode, ou melhor, não se deve olvidar de que as relações homoafetivas, atualmente, sofrem com preconceitos e com atitudes criminosas de grupos intolerantes, o que motiva até mesmo projetos defendidos pelos mais diversos setores da sociedade que visam à criminalização da homofobia, principalmente por parte de grupos que formam a chamada “esquerda punitiva”.

⁶⁹ Reportagem Apertar o cerco ou descriminalizar as drogas. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/dependencia-quimica/mundo-e-as-drogas/apertar-o-cerco-ou-descriminalizar-as-drogas.aspx>> Acesso em: 27 set 2012.

⁷⁰ KARAM, Maria Lúcia. “Pela Abolição do Sistema Penal”. In, PASSETTI, Edson (org.) **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012, p.77.

sociedade acerca das questões ligadas à criminalidade, especialmente, no nosso caso, com a divulgação dos estereótipos “traficante” e “menor infrator”.

Ao trazer como exemplos condutas individualizadas, como latrocínios, estupros e sequestros, os meios de comunicação em massa estimulam os sentimentos de medo e de insegurança, fazendo crer que o incremento da repressão, com o recrudescimento da aplicação das leis penais, ou com a redução da maioridade penal, solucionará de forma definitiva o problema da violência e da criminalidade, trazendo a paz, a segurança e a tranquilidade para toda a sociedade⁷¹.

Tais “estratégias” de combate ao crime foram e são utilizadas diuturnamente. No caso do tráfico, todas as formas de combate se mostraram fracassadas, de modo que pensar uma alternativa viável na questão passa pela mudança de foco no que tange a observar as drogas como problema principalmente de saúde e não de criminalidade.

Assim, conclui-se até o presente momento, que o sistema criminal como um todo se mostra absolutamente falho, sendo que atua de maneira seletiva e estigmatizante, baseado no discurso do pânico, que fomenta ações estatais que legitimam o próprio sistema, alimentando-o e violando direitos e garantias fundamentais. O discurso das drogas e a política proibicionista, atuando em conjunto no âmbito do sistema criminal que promete a solução de todos os problemas, bem como a moralização da sociedade com a aplicação do direito penal, produziram tão somente um sem número de vítimas, especialmente jovens, que foram incluídas nesse sistema sem qualquer possibilidade de novas perspectivas.

Dessa maneira, a emergência de novas políticas no que se refere ao trato da questão das drogas mostra-se como pauta cujo debate deverá ser muito ampliado, no sentido da busca de soluções alternativas, as quais passam pelos processos de regulamentação, descriminalização, redução de danos, entre outros. Portanto, faz-se necessário o rompimento com qualquer estratégia que observe a problemática com o olhar do direito penal puro e

⁷¹ KARAM, Maria Lúcia. “Pela Abolição do Sistema Penal”. In, PASSETTI, Edson (org.) **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012, p. 78.

simples, que acredita que alguma solução se dará nesses termos. A experiência empírica mostra que não.

2 ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Até o presente momento mostrou-se como o discurso da droga foi formado e solidificado, tanto na perspectiva ideológica, inserida na hipertrofia do sistema criminal, quanto em sua perspectiva prática, com a apresentação das legislações nacionais e internacionais que fomentam o proibicionismo como regra e a repressão como solução da problemática.

Nesse segundo capítulo, o foco do trabalho volta-se para o Direito da Criança e do Adolescente. O objetivo é a apresentação das linhas mestras do direito infanto-juvenil, evidenciando como este se encontra fortemente vinculado ao sistema criminal, na seara dos adolescentes em conflito com a lei. Para mostrar que, ao contrário da ideia de “impunidade”, pregada pelo senso comum, os adolescentes envolvidos em atos infracionais (especialmente os relacionados com entorpecentes) pertencem ao grupo que mais sofre com a repressão e a estigmatização. Também, que são eles as maiores vítimas do proibicionismo de drogas, tanto em termos de saúde quanto em termos de violência.

2.1 ORIGENS DO TRATAMENTO PENAL MENORISTA

O Código Penal do Império, de 1830⁷², adotava a inimputabilidade para os menores de quatorze anos (14), consoante letra do art. 10 do referido Código. Por sua vez, o Código Republicano de 1890⁷³, considerava tão somente inimputáveis os menores de nove anos, na forma do § 1º do art. 27. No entanto, indivíduos cujas idades se compreendessem entre os nove (9) e os quatorze (14) anos, que agissem com “discernimento”, provada sua madureza de juízo e a capacidade de apreciar as próprias ações, em virtude da conduta delitiva, ficariam recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo

⁷² **Código Criminal de 1830.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 24 set 2012.

⁷³ **Decreto nº 847 de 11 de Outubro de 1890.** Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 24 set 2012.

tempo que o Juiz julgasse necessário, não se ultrapassando a idade de dezessete (17) anos (Art. 30, Código Penal de 1890).

BATISTA⁷⁴, com peculiar genialidade, remete-se a uma situação hipotética, a passar nessa época, na qual um garoto de dez anos de idade, trabalhador “aprendiz” de uma fábrica têxtil, subtrai um pedaço de pano para o dia das mães. Condenado pela prática delituosa, o garoto é recolhido ao estabelecimento industrial disciplinar, sendo submetido, até os quinze (15) anos de idade, a severa rotina de disciplina fabril, tal qual a rotina anterior de “aprendiz”. Quando sai do estabelecimento, o garoto, após anos dedicados primeiramente à fábrica-prisão da indústria têxtil e posteriormente à prisão-fábrica do estabelecimento disciplinar industrial, por óbvio, não quer pensar em qualquer forma de trabalho, tornando-se alvo fácil do sistema de repressão.

Em 1927, surge o Código de Menores Mello Mattos, o qual apostava no ensino profissionalizante, visando à formação de mão de obra especializada, bem como na educação física e moral como forma de correção. Este Código representa o primeiro diploma legal a dar um tratamento mais sistemático e humanizado à criança e ao adolescente⁷⁵. Tal sistema deixaria de lado, ao menos no plano jurídico-legal, a simples repressão policial para a emergência da intervenção multidisciplinar, com cuidados médicos, psicológicos e jurídicos, por meio da criação de reformatórios, casas de correção, patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos⁷⁶, visando a “readaptação social” do jovem.

No entanto, em termos de efetividade, acompanhamos BUENO DE LIMA, o qual afirma:

As políticas oficiais de intervenção e os saberes assistenciais esclarecidos não diminuíram a pobreza ou seus efeitos e não alteraram a situação concreta dos adolescentes e de suas famílias.

⁷⁴ BATISTA, Nilo. “O aprendizado da violência”. In. **Punidos e Mal Pagos: violência justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1990.

⁷⁵ DE AZEVEDO, Maurício Maia. **O Código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior**. Disponível em <http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=b2498574-2cae-4be7-a8ac-9f3b00881837&groupId=10136>. Acesso em: 24 set 2012.

⁷⁶ MALAGUTI BATISTA, Vera. **Difíceis Ganhos Fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 71.

Ao contrário, contribuíram para desenvolver estratégias de medicalização criminal da miséria, como atesta a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) em 1940, conhecido alguns anos depois como *escola do crime*.⁷⁷

Nesse sentido, MALAGUTI BATISTA nos demonstra como de fato o SAM funcionava tal qual uma escola do crime, afeta à política de higienização que rotulava a juventude pobre como infratora, por meio da análise de relatórios da época. É bastante interessante notar como a intervenção estatal funciona tão somente como forma de controle social, reforçando a seletividade punitiva por critérios como a cor da pele e a classe social bem como forçando a inserção dos jovens na atividade laborativa precária, tendo em vista a ideia do trabalho como agente reabilitador.

A desigualdade de tratamento é chocante e queremos mencionar um processo especificamente: R.R.D., preto, 15 anos, órfão de pai e mãe, que começou a trabalhar como vendedor de jornais e engraxate aos dez anos. Roubou, em 16 de julho de 1942, dois queijos (marca Borboleta) em um armazém de secos e molhados, para “arranjar algum alimento que lhe minorasse a fome”. A alegação de seu trabalho de vendedor de jornais e engraxate já havia aguçado as suspeitas do Comissário de Vigilância, que o vê como “preguiçoso, hipócrita e dado ao furto”. Seu parecer é de que “o menor é um indivíduo que necessita de uma adaptação, pois se continuar a trilhar o caminho que seguiu bem cedo se tornará um criminoso e um elemento prejudicial à sociedade”. R.R.D. recebe como sentença uma internação por três anos na Escola de Reforma; um ano e meio por cada queijo.⁷⁸

De outra parte, o tratamento para os filhos da classe média se mostra bastante distinto, não ocorrendo a política higienizadora, muito menos os julgamentos de natureza moral feito pelos Comissários de Vigilância nas fichas de exames médicos dos adolescentes, definindo os infratores marginalizados como “hipócritas, mentirosos, dados ao furto”, entre outros. Para os filhos das famílias abastadas, o tratamento se mostra bastante diferente.

É o caso de A.R., branco, 17 anos, que consegue liberdade vigiada, por ter “família legítima e bastante unida”, com pais que “vivem em harmonia em um lar organizado” (A.R., havia furtado um carro); é o caso também de J.L.E.P.C. (16 anos, branco, aluno do Colégio São

⁷⁷ BUENO DE LIMA, Cezar. **Jovens em Conflito com a Lei: Liberdade Assistida e Vidas Interrompidas**. Londrina: Eduel, 2009, p. 90-91.

⁷⁸ MALAGUTI BATISTA, Vera. **Difíceis Ganhos Fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 73.

Bento), que provocou um acidente automobilístico dirigindo sem habilitação. “Apurei tratar-se de um rapaz estudioso, filho de boa família, estudando o 1º Científico do Colégio São Bento.”⁷⁹

Já no tempo da ditadura militar, é implantada, por meio da Lei nº 4513/64 a Política Nacional de Bem Estar do Menor, que daria origem a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e as famigeradas Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs), estas últimas órgãos estaduais de execução de medidas. A Lei nº 6697/79 cria o novo Código de Menores, o qual se dirigia a uma nova figura, que eram os menores em *situação irregular*. Nessa época, mediante o contexto internacional da Guerra Fria, o caráter autoritário do Estado aumentou em nome da Doutrina da Segurança Nacional, que legitimava a luta do governo contra os “inimigos internos”, os “subversivos” e a ameaça comunista. Tal política implicou o recrudescimento da atuação do estatal no sentido de realizar o internamento das camadas juvenis pobres, consideradas perigosas.

Com isso, o jovem pobre adquiriu o rótulo de menor infrator e foi submetido ao controle social total pelo fato de ser enquadrado como *menor em situação de abandono* ou *menor em situação irregular*. Isso permitiu que os filhos das classes marginalizadas pudessem ser enviados para as instituições de recolhimento, triagem, ressocialização ou guarda, visando à regularização dessa patologia social. Importante ressaltar que nesse período, que se estendeu até o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, a figura do Juiz foi amplamente fortalecida. De outra sorte, aos adolescentes não era feita qualquer menção de seus direitos, ao ponto de os adolescentes infratores sequer contarem com defesa processual, sendo as crianças e adolescentes vistos objetos a serem tutelados e não como sujeitos de direitos.

2.2 DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

O Estatuto da Criança e do Adolescente emergiu no contexto brasileiro do processo de redemocratização, alinhando-se à perspectiva internacional, que constituiu a chamada Doutrina da Proteção Integral dos direitos da criança.

⁷⁹ MALAGUTI BATISTA, Vera. **Difíceis Ganhos Fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 73.

Nesse sentido, vale destacar as Convenções da ONU a respeito da temática, especialmente a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989; as regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing), de 1984; as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad) de 1990; as Regras Mínimas para a elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio) de 1990 e, por fim, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (Resolução 45/113) de 1991.

Não vem ao caso no presente trabalho a minuciosa análise normativa internacional citada. No entanto, é importante destacar que todos esses documentos consolidam a Doutrina da Proteção Integral. Esta doutrina surge de modo a superar a chamada doutrina da situação irregular, característica do Código de Menores. Desta Maneira, como afirma SARAIVA:

[...] as crianças passam a ser definidas de maneira afirmativa, como sujeitos plenos de direito. Já não se trata de “menores”, incapazes, meias-pessoas ou incompletas, senão de pessoas cuja única particularidade é a de estar se desenvolvendo. Por isso se lhes reconhecem todos os direitos que têm os adultos, mais direitos específicos por reconhecer-se esta circunstância evolutiva.⁸⁰

Os pontos centrais da Doutrina da Proteção Integral significam, ao menos em âmbito formal, no reconhecimento de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, dotados de mais garantias em comparação com os adultos, dada sua peculiar condição de desenvolvimento. Vale dizer, todas as práticas institucionais, consideradas *lato sensu*, desde a família até o Estado devem ser voltadas para a garantia do interesse superior da criança. Aí se encontra o ponto de ruptura do paradigma da situação irregular em prol da proteção integral. Tomando por base a conferência proferida por Mary Beloff⁸¹ na cidade de Salta (Argentina) em 1998, denominada *Modelo de La Protección Integral de los Derechos Del Niño y de La Situación Irregular: Um modelo para*

⁸⁰ SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil: adolescente e ato infracional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 24.

⁸¹ BELOFF, Mary. **Modelo de La Protección Integral de los Derechos Del Niño y de La Situación Irregular: Um modelo para armar e outro para desarmar**. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/88936360/Un-Mundo-Para-Armar-y-Otro-Para-Desarmar-Mary-Beloff-1>> Acesso em: 30 out 2012.

armar e outro para desarmar, apresentamos um quadro sinótico comparativo entre a doutrina da situação irregular e a doutrina da proteção integral, que por sua capacidade de síntese merece ser reproduzido.

Quadro Sinótico	
Comparativo entre uma Legislação orientada pela Doutrina da Situação Irregular e uma Legislação Orientada pela Doutrina da Proteção Integral	
SITUAÇÃO IRREGULAR	PROTEÇÃO INTEGRAL
“Menores”	Crianças e Adolescentes
Objetos de proteção	Sujeitos de direito
Proteção de “menores”	Proteção de direitos
Proteção que viola e restringe direitos	Proteção que reconhece e promove direitos
Infância dividida	Infância integrada
Incapazes	Pessoas em desenvolvimento
Não importa a opinião da criança	É fundamental a opinião da criança
Situação de risco ou perigo moral ou material	Direitos ameaçados ou violados
“Menor” em situação irregular	Instituições ou serviços em situação irregular
Centralização	Descentralização
Juiz executando política social/assistencial	Juiz em atividade jurisdicional
Juiz como “bom pai de família”	Juiz técnico
Juiz com faculdades ilimitadas	Juiz limitado por garantias
O assistencial confundido com o penal	O assistencial separado do penal
“Menor” abandonado/delinquente	Desaparecem essas determinações
Desconhecem-se todas as garantias	Reconhecem-se todas as garantias
Atribuídos de delitos como inimputáveis	Responsabilidade penal juvenil
Direito penal de autor	Direito penal de ação (ato)
Privação de liberdade como regra	Privação de liberdade como exceção
Medidas por tempo indeterminado	Medidas por tempo determinado

O que podemos concluir, desde logo, com o comparativo apresentado, é o fato de que a evolução da legislação infanto-juvenil reconhece, sobretudo na utilização da palavra “menor”, que a chamada rotulação ou os processos de estigmatização de fato existem e causam diversos males. Não por outro motivo, há uma clara tentativa de se abolir a palavra “menor” do vocabulário jurídico da infância e juventude. De outra parte, fazendo um paralelo com a questão da droga, abordada na primeira parte do trabalho, a preocupação com a não rotulação existe tão somente para com os consumidores de

entorpecentes oriundos das classes mais abastadas, ou então àqueles imunes, invulneráveis a atuação das agências de criminalização secundárias, de modo que fica consolidado o estereótipo traficante/delinqüente – consumidor/enfermo.

Contudo, como visto, a atuação repressiva no combate ao tráfico de entorpecentes, especialmente no caso brasileiro, se dá eminentemente no comércio varejista, parte do mercado na qual se encontram, em grande número, nossos “adolescentes em conflito com a lei”. Portanto, percebe-se a incoerência e incongruência do discurso normativo, tendo em vista que a formulação da normativa infanto-juvenil não mais permite o uso da palavra “menor” ao mesmo tempo em que a legislação antidrogas exalta a figura do “traficante” enquanto demônio. O trágico é que estamos falando da mesma pessoa e certamente, para um adolescente, antes ser chamado de “menor”, de “delinqüente” ou de “transviado” do que de “traficante”.

A doutrina da proteção integral permitiu a criação de uma estrutura de atendimento e de formulação de políticas públicas na seara da infância e juventude. Essa estrutura se caracteriza eminentemente por meio dos Conselhos, dentre os quais destacamos os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, na esfera federal (CONANDA), estadual (CEDCA) e municipal (CMDCA), bem como por meio dos Conselhos Tutelares, tendo este um importantíssimo papel como órgão colegiado, eleito pela comunidade que faz o elo entre a sociedade e o poder público, no sentido de identificação de demandas sociais e na fiscalização, por parte do Conselho Tutelar enquanto entidade autônoma, das políticas públicas que visam assegurar os direitos fundamentais afetos à criança e o adolescente.

Deste modo, é possível se afirmar que, sob o primado de princípios norteadores como a Proteção Integral, o Estatuto da Criança e do Adolescente se traduz em uma legislação avançada, a qual visa à emancipação da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos. No entanto, e aqui se evidencia um dos pontos centrais deste trabalho, a emergência da proteção integral, o fortalecimento do sistema de garantias e da rede de proteção não podem se constituir em mais uma metáfora com vistas ao controle social dessas jovens

personalidades, evidenciada pela “contradição entre construções jurídicas e práticas institucionais”.⁸²

Nesse sentido, a doutrina da proteção integral não pode consubstanciar-se naquilo que BATISTA denomina discurso legitimante do poder punitivo⁸³, pois a legitimação, aqui, não surge com fins de prevenção geral ou especial, positiva ou negativa, mas sim, de outra parte, com o falacioso discurso da “proteção”. A ideia é prender (privar de liberdade) para proteger. Essa concepção beira o absurdo e se mostra absolutamente cruel e covarde com os adolescentes em conflito com a lei. Isso porque o discurso da proteção oculta a verdadeira face do sistema socioeducativo, muitas vezes mais cruel que o sistema penal comum, haja vista os inúmeros relatos de violências, inclusive de cunho sexual⁸⁴, que marcam o cotidiano das instituições de atendimento socioeducativo.

Mesmo com a evidência de tal fato, prevalece, ainda, perante à sociedade, a noção de impunidade, cujo combustível são os raros casos de extrema violência contra pessoa praticados por adolescentes. Na realidade, os adolescentes privados de liberdade o são eminentemente por práticas infracionais equiparadas a roubo, furto e tráfico de entorpecentes (este último considerando-se a reiteração da prática), sendo que os casos de homicídios, latrocínios e estupros representam parcela significativamente menos dos jovens privados de liberdade pelo sistema.

Nessa seara, é importante ressaltar, baseado pela própria experiência acadêmico-profissional, que os casos de violência contra a pessoa apresentam peculiaridades na esfera infanto-juvenil. Os latrocínios (menina dos olhos da mídia) são extremamente raros, em comparação com a quantidade global de casos, os homicídios também se mostram pouco freqüentes e na maioria dos

⁸² ROSA, Alexandre Morais da. LOPES, Ana Christina Brito. **Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

⁸³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro & SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro – I**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 114 e ss.

⁸⁴ Editorial Violência Sexual no Sistema Socioeducativo. Disponível em <<http://www.projetolegal.org.br/index.php/institucional/editorial/69-violencia-sexual-no-sistema-socioeducativo>> Acesso em: 01 nov 2012.

casos praticados por adolescentes sem qualquer tipo de histórico infracional⁸⁵ que não se enquadram no “perfil” geralmente alvo de criminalização, bem como os casos de estupro, os quais geralmente representam o antigo tipo penal de atentado violento ao pudor⁸⁶, ou seja, ato libidinoso diverso da conjunção carnal, muitas das vezes realizados entre parentes próximos. Ou seja, a maior parcela dos apreendidos pelo sistema socioeducativo é formada por adolescentes que praticam roubo, furto, ou então os “nossos” pequenos varejistas da droga, os quais, estigmatizados pela cultura maniqueísta vendida pela *war on drugs* dificilmente são alvo de preocupação para a garantia de seus direitos.

Não obstante, o próprio sistema de drogas os despreza, porque os “aviões” (que levam drogas e recados) ou os “foguetes” (que avisam quando a polícia ou o adversário estão chegando) são facilmente substituíveis, quando apreendidos ou mortos. Porque a atividade do tráfico passa a ser vista por eles (adolescentes) ou por suas famílias como uma opção, mesmo diante dos riscos, inclusive letais.

Deste modo, é preciso que a proteção integral não apareça tão somente no plano da norma positivada. Isso significa que, para a efetividade da Proteção Integral, é fundamental a coesão entre o discurso protetivo assecuratório do Estatuto e as atitudes concretas dos construtores sociais⁸⁷, ou seja, os profissionais dos múltiplos campos do conhecimento que laboram

⁸⁵ Um caso que causou bastante comoção em Curitiba foi o assassinato de dois jovens em agosto de 2011, após uma briga acontecida na região da Praça da Espanha. O jovem apresentado à Promotoria de Justiça alguns dias após o fato, acompanhado pelo pai e por Advogado, em nada se parecia com o estereótipo do adolescente tipicamente criminalizado. Vestia-se, portava-se e falava de maneira diferente, bem como não possuía nenhuma passagem anterior pelo sistema socioeducativo. Detalhes do caso em <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/554397/?noticia=ADOLESCENTE+CONFESSA+CRIMES+N A+PRACA+DA+ESPANHA>> Acesso em: 01 nov 2012.

⁸⁶ A Lei nº 12.015/09 revogou a figura típica do atentado violento ao pudor, considerado agora como incurso no art. 213 do Código Penal. A mesma lei criou a figura do Estupro de Vulnerável (art. 217-A), que prevê uma espécie de responsabilização objetiva, não exigindo a ocorrência de violência ou grave ameaça, como no caso do art. 213, quando a conjunção carnal ou ato libidinoso diverso ocorrer com menor de quatorze anos. No entanto, por conta de serem casos geralmente intrafamiliares, cometidos por adolescentes contra sujeitos ainda menores, o ato infracional equiparado a Estupro de Vulnerável de mostra mais comum, ainda que de fato, o caso tenha caracterizado o que se chamava de atentado violento ao pudor.

⁸⁷ RAMIDOFF, Mário Luiz. **Lições de Direito da Criança e do Adolescente. Ato Infracional e Medidas Socioeducativas.** 1ª Ed., 4ª tir. Curitiba: Juruá, 2008, p. 25.

diariamente no âmbito infanto-juvenil, tais como juristas, psicólogos, médicos, assistentes sociais, policiais, dentre outros.

O ECA, conforme afirma RAMIDOFF⁸⁸, é uma legislação deontológica e protetiva. Deontológica, no sentido de estabelecer, no campo normativo, as possibilidades de atuação jurídica (comportamento dos indivíduos que trabalham na área), adequando-as aos valores pactuados, inclusive internacionalmente, entre os diversos órgãos de atuação na área infanto-juvenil. Protetiva, no sentido de buscar a efetividade dos Direitos Humanos afetos a estas novas personalidades, quais sejam, crianças e adolescentes.

Essa visão acerca da política de atuação, calcada na legislação, se aplica sobremaneira à questão do adolescente em conflito com a lei por força da prática do ato infracional correspondente a tráfico de entorpecentes. Isso porque, se levarmos em consideração que o jovem apreendido pelo comércio de entorpecentes se amolda, por força da ideologia, à categoria imaginária conhecida como “traficante”, prevalecerá sobre o indivíduo o rótulo estigmatizador, tornando-o o “não-sujeito” descartável e, portanto, por isso mesmo, não “digno” do tratamento protetivo.

A efetividade concreta do ECA perpassa, enfim, pela mutação cultural dos agentes que com ele trabalham⁸⁹. Isso implica, na questão das drogas em especial, na desvinculação dos agentes das ideologias que demonizam a droga ou criam o cenário de “guerra santa” contra o “inimigo interno”, conhecido sob o codinome “traficante”. Definitivamente, não é o adolescente apreendido comercializando algumas gramas de algum entorpecente que representa este inimigo.

Outro aspecto fundamental a ser observado, sem o qual se torna inócua a mudança da legislação, o cambio de terminologias e a perspectiva de novas práticas, é a questão da abordagem “multidisciplinar”. Nesse sentido, é preciso diferenciarmos dois tipos de abordagem. Num primeiro momento, a “multidisciplinaridade”, como justaposição de saberes pode servir, como nos

⁸⁸ RAMIDOFF, Mário Luiz. **Lições de Direito da Criança e do Adolescente. Ato Infracional e Medidas Socioeducativas**. 1ª Ed., 4ª tir. Curitiba: Juruá, 2008, p. 29.

⁸⁹ RAMIDOFF, Mário Luiz. **Lições de Direito da Criança e do Adolescente. Ato Infracional e Medidas Socioeducativas**. 1ª Ed., 4ª tir. Curitiba: Juruá, 2008, p. 30.

demonstra OLIVEIRA⁹⁰, de modo a tão somente remodelar a famigerada noção de prevenção geral, justificando o controle social de crianças e adolescentes e prevenindo sua “periculosidade” por meio de laudos técnicos, dos mais variados saberes, os quais fundamentam a decisão judicial sob o manto científico da união de diversos tipos de conhecimento, identificados sob os prefixos “multi”, “inter” ou “trans”.

Certamente, não é esse sentido que procuramos dar no presente trabalho. Aqui, as diferentes formas do saber, do conhecimento, devem servir não para legitimar o controle punitivo sobre as jovens personalidades em conflito com a lei, mas sim, de maneira completamente oposta, devem atuar no sentido de descobrir e de desenvolver, por meio das atividades próprias de cada área, as potencialidades de cada criança e de cada adolescente inseridos nos sistemas protetivo e socioeducativo, indicando-lhes caminhos e alternativas para que estes jovens possam trilhar uma nova rota em suas vidas, afastados dos diversos processos de violência sob os quais se desenvolveram ao longo de sua curta existência.

2.3 ATO INFRACIONAL

Crianças e Adolescentes são penalmente inimputáveis, de acordo com a Constituição da República, a qual apregoa, em seu art. 228, que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. Já a Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, promove a diferenciação entre os sujeitos que são considerados crianças e os sujeitos que são considerados adolescentes, na forma de seu art. 2º, o qual afirma que “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Feita esta diferenciação, ainda com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tem-se que “considera-se ato infracional, a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (art. 103), ressaltando-se ainda,

⁹⁰ OLIVEIRA, Salete de. *“Linguagem-fronteira e linguagem-percurso”*. In, PASSETTI, Edson (org.) **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012, pg. 124.

na forma do art. 105 que “ao ato infracional cometido por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101”, as quais são as medidas classificadas como protetivas, que serão abordadas a seguir. Desta breve leitura de alguns artigos do ECA, temos como “público-alvo” dos atos infracionais correspondentes aos crimes listados na Lei 11.343/06 os adolescentes maiores de doze anos e menores de dezoito, estando estes sujeitos à aplicação das medidas socioeducativas, em especial à medida de internação.

Ressalte-se, portanto, que ao contrário do que muitos meios que insurgem na busca pela redução da maioridade penal o fazem dispondo muitas vezes de números distorcidos, os quais servem tão somente para confundir a população em geral. Ao contrário do que se prolifera, a responsabilização de adolescentes inicia-se no Brasil aos 12 anos de idade. A única distinção se dá pelo fato de que em nosso país não há o uso da expressão “penal” no que se refere à legislação juvenil⁹¹. Com isso, cria-se a falácia da impunidade de adolescentes em conflito com a lei, o que passa muito ao largo da realidade do sistema socioeducativo.

2.3.1 MEDIDAS PROTETIVAS

As medidas protetivas estão elencadas no art. 101 do ECA, sendo aplicáveis tanto a crianças quanto a adolescentes, quando presente alguma das hipóteses elencadas no art. 98 do ECA, quais sejam, a ameaça ou a violação de direitos por conta da ação ou omissão da sociedade ou do Estado; falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão da própria conduta da criança ou adolescente. Vale ressaltar, nesta última hipótese, na qual se encaixa o cometimento de atos infracionais, que as medidas protetivas não tem por escopo responsabilizar a criança ou adolescente em face de suas atitudes. De outra parte, como afirma RAMIDOFF

⁹¹ Sobre o direito comparado, no que se refere ao início da responsabilização juvenil, a idade de 12 anos, como é o caso do Brasil, encontra-se entre as mais precoces. Na absoluta maioria dos países nos quais a “maioridade penal” se dá com idade inferior a 18 anos, há uma série de restrições ao direito de punir. Vide: **Por que dizer não à redução da maioridade penal**. Elaboração Karyna Batista Sposato: UNICEF, 2007, p. 15-22 e SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil: adolescente e ato infracional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 98.

Essas medidas legais [protetivas] deverão não só romper com os círculos de ameaças ou de violências, mas, também, efetivar os direitos individuais, bem como assegurar o respeito às garantias fundamentais afetas à criança e ao adolescente⁹²

Num cenário de política pública de enfrentamento da questão das drogas, alheio à política repressora proibicionista, as medidas protetivas se mostrariam como de fundamental importância. Isto porque a possibilidade de inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente, além das hipóteses de requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial e de inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos permitem a fundamentação jurídica para a aplicação de medidas alternativas ao mero retribucionismo penal.

Entretanto, atualmente, a aplicação das medidas protetivas serve como “trampolim” para a aplicação de medidas mais gravosas. Isto porque, com o cenário atual, sabe-se ser muito difícil ao adolescente drogadito em situação de extremo risco social cumprir com qualquer das medidas protetivas que lhe foram impostas⁹³, eis que tal ainda é tratado como objeto a ser tutelado, alheio à ideia de protagonismo de suas próprias medidas. Após o “descumprimento” ou a ausência de adesão às medidas protetivas, se abre o caminho para a aplicação das medidas socioeducativas.

2.3.2 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Ao apresentar as medidas socioeducativas bem como as possibilidades de sua aplicação, é absolutamente necessário, desde logo, ressaltar que medida socioeducativa é equivalente ao conceito de pena, aplicado ao Direito Penal Comum. A necessidade dessa ressalva surge por conta da confusão que ocorre na prática forense por conta da cegueira acerca das condições impostas a adolescentes em conflito com a lei. Não é cabível, não é razoável, aceitar a

⁹² RAMIDOFF, Mário Luiz. **Direitos difusos e coletivos IV (Estatuto da Criança e do Adolescente)**. São Paulo: Saraiva, 2012 – (Coleção Saberes do Direito; 37), p. 67.

⁹³ Note-se que, ainda que o discurso seja de proteção, também as medidas protetivas tem um caráter de imposição, o que, para o adolescente, se mostra como simples punição.

possibilidade de aplicação de medida socioeducativa tendo em vista a proteção integral do adolescente autor de ato infracional.

A aplicação de medida é uma forma de constrangimento. Por isso, todas as garantias fundamentais afetas aos indivíduos adultos, devem ter correlação com o direito da infância e da juventude. Isto deveria ser elementar, óbvio. No entanto, lamentavelmente, encontramos situações em que se legitima o castigo sobre o adolescente, tolhendo-o de todas as suas garantias, consoante se verifica de trechos de decisões dos tribunais, selecionados MINAHIM e SPOSATO:

O princípio da insignificância não pode ser transportado para a esfera da infância e juventude, no qual vige o princípio da proteção integral. Aliás, os procedimentos previstos para aplicação das medidas socioeducativas e protetivas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente não podem ser considerados constrangedores, pois visam justamente à aplicação do princípio da proteção integral.⁹⁴

Vale ressaltar que no caso específico do tráfico de drogas, quiçá por conta do “entorpecimento” do discurso de demonização, a tentativa de imposição de medida privativa de liberdade é constante, sendo que a motivação das decisões também é calcada na falácia do discurso protetivo:

O tráfico de drogas deve ser considerado um dos atos infracionais mais graves, pois é a prática que vem disseminando o vício entre a população mais vulnerável, ou seja, mais jovem e mais desprotegida da sociedade. O tráfico de drogas é ato infracional que pressupõe violência contra toda a sociedade.⁹⁵

Nesse sentido, a esquizofrenia do discurso antidrogas faz com que à criança envolvida com o consumo e com a comercialização de substâncias entorpecentes, seja aplicado ao jovem o tratamento absolutamente penal, como visto, porém oculto por conta do discurso de proteção integral e de observância do superior interesse da criança.

⁹⁴ MINAHIM, Maria Auxiliadora; SPOSATO, Karyna Batista. **A internação de adolescentes pela lente dos tribunais**. Rev. direito GV, São Paulo, v. 7, n. 1, June 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-322011000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Out. 2012.

⁹⁵ MINAHIM, Maria Auxiliadora; SPOSATO, Karyna Batista. **A internação de adolescentes pela lente dos tribunais**. Rev. direito GV, São Paulo, v. 7, n. 1, June 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-322011000100014&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 24 Out. 2012.

Nessa linha de raciocínio, há Tribunais que ainda determinam a internação de adolescentes em conflito com a Lei, em circunstâncias em que a um adulto não se imporá privação de liberdade, sob o pífio argumento de que não sendo pena, isso lhe será um bem. Em nome do superior interesse, ignora-se um conjunto de garantias instituídas. Em nome do “amor”, atropela-se a Justiça.⁹⁶

Temos então o que SARAIVA denomina como “cavalo de troia” do menorismo⁹⁷. O sistema penal juvenil prende com o intuito de proteger. A recente regulamentação do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE), por meio da Lei 12.594/12 intenta aplicar os princípios norteadores do Direito da Criança e do Adolescente no que tange à aplicação das medidas socioeducativas, no sentido de promover mais garantias, principalmente no que se refere ao adolescente privado de liberdade. Privação esta, que como já mencionado, deve sempre estar pautada pelos princípios da brevidade e da excepcionalidade.

Isto porque, especialmente na fase da adolescência, reconhecidamente distinta da fase adulta até mesmo juridicamente, com o conceito de pessoa em peculiar condição de desenvolvimento, o processo de encarceramento produz danos ainda mais graves nos jovens. Em primeiro lugar, a rotulação faz com que psicologicamente o adolescente adapte-se à natureza do rótulo, favorecendo a reincidência⁹⁸. Ainda, para a pessoa em peculiar condição de desenvolvimento, “o isolamento produz nervosismo, insônia, consciência de culpa e sentimentos de impotência, que se manifestam na agressividade de jovens envolvidos numa atmosfera de angústia e ódio”⁹⁹.

⁹⁶ SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil: adolescente e ato infracional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 46.

⁹⁷ SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil: adolescente e ato infracional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 42.

⁹⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **O adolescente infrator e os direitos humanos**. Instituto de Criminologia e Política Criminal. Disponível em <http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/adolescente_infrator.pdf> Acesso em 20 out 2012.

⁹⁹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **O adolescente infrator e os direitos humanos**. Instituto de Criminologia e Política Criminal. Disponível em <http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/adolescente_infrator.pdf> Acesso em 20 out 2012.

Considerando, ainda, a existência de uma “lei interna” dos próprios adolescentes privados de liberdade, o apreendido se encontra numa encruzilhada entre adaptar-se ao local e, portanto, adotar o rótulo de infrator, estando sujeito às sanções disciplinares institucionais, ou então sujeitar-se às mais diversas formas de violência no interior da própria instituição

Na FEBEM do Tatuapé, conforme relatos [...], adolescentes seriam “*espancados*” e “*trancados nus*”; jovens líderes de unidades obrigariam os mais fracos a “*fazer faxina, lavar sua roupa e prestar favores sexuais*”, ocorrendo, também “*linchamentos*” entre os meninos; os monitores seriam “*violentos e sacanas*”, acordariam os internos com “*gritos e murros*” e um deles, “*lutador de luta com chute na cara*” treinaria “*chutando*” internos; e drogas, como maconha e cocaína, seriam “*moeda de suborno*”, introduzidas na unidade pelos próprios monitores.¹⁰⁰

Tudo isso mediante um olhar “pedagógico” sobre os adolescentes, os quais para o senso comum estão diuturnamente a cometer mais crimes, face a “impunidade” do sistema socioeducativo.

¹⁰⁰ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **O adolescente infrator e os direitos humanos**. Instituto de Criminologia e Política Criminal. Disponível em <http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/adolescente_infrator.pdf> Acesso em 20 out 2012.

3 ADOLESCÊNCIA, CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS

O discurso das drogas, como já fundamentado anteriormente, não se sustenta quando submetido à análise de dados empiricamente verificáveis. Quanto maior o processo repressivo, quanto mais incrementos ao sistema punitivo antidrogas, o que se verifica, a *contrario sensu*, é o aumento da produção e da demanda, bem como a diminuição do custo da droga. O adolescente em conflito com a lei faz parte do nicho mais vulnerável a atuar em todo esse sistema, sendo o alvo mais atingível por todos os meios de controle social.

Sendo o jovem aquele que mais deve ser protegido de diversos males e, ao mesmo tempo, o mais susceptível ao uso de drogas, com a criminalização, ao invés de o protegermos, estamos punindo-o e estigmatizando-o como criminoso por atos que geralmente não são demonstrações de comportamento e personalidade perversas. A melhor prevenção, não somente em relação às drogas, deve ser a formação do caráter do jovem no que se refere à honestidade, à capacidade intelectual, à sensibilidade e à vida coletiva.¹⁰¹

3.1 PERFIL DOS ADOLESCENTES APREENDIDOS POR TRÁFICO DE DROGAS

Temos claro, então, que os adolescentes representam qualquer seja sua condição ou classe social, o grupo social mais suscetível de envolvimento com o consumo de substâncias entorpecentes. No entanto, também como já verificado, alguns jovens detêm poder econômico suficiente para se manterem afastados da rota mercadológica da droga, em que pese estes mesmos jovens se configurarem como uma espécie de combustível financeiro ao tráfico ilícito de entorpecentes. Deste modo, os jovens privilegiados pelo poder econômico têm a oportunidade de permanecerem mais afastados da violência intrínseca ao proibicionismo, do que os jovens que necessitam adentrar no comércio de entorpecentes, seja como oportunidade de emprego e renda, seja para manutenção do próprio vício.

¹⁰¹ MORAIS, Paulo César de Campos. **Drogas e Políticas Públicas**. - Tese de Doutorado - Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas UFMG, 2005.

Com isso é possível salientar que, embora igualmente vulneráveis, dada sua condição de desenvolvimento do caráter e da personalidade, adolescentes ricos e pobres são tratados de maneira distinta, no tocante a seu envolvimento com drogas, levando-se em conta, aqui, não a condição peculiar de desenvolvimento, porém inserindo-os e diferenciando-os por meio dos estereótipos afetos ao discurso das drogas, ou seja, a distinção entre consumidor/enfermo e traficante/delinquente. A vulnerabilidade natural da idade torna ainda mais cruel a imposição de uma sanção. Pior ainda a formação de outro discurso, que procura associar a medida aplicada ao adolescente como uma medida não penal, alimentando os anseios punitivos dos movimentos de lei e ordem, mas que se mostra, na prática como discurso vazio de conteúdo, dada a evidente punibilidade destes jovens pobres.

Dadas as considerações, temos que o perfil dos adolescentes envolvidos com atos infracionais relacionados à droga se apresentam de maneira semelhante à população carcerária em geral¹⁰². Não é de se estranhar, também, que o mesmo perfil seja verificado quando da análise da população predominantemente vítima de homicídios¹⁰³, ou seja, falamos de homens, de cor negra ou parda, de baixo *status* socioeconômico, moradores de favelas ou bairros periféricos, com pouca escolaridade. Os adolescentes internados por tráfico de entorpecentes se encontram, em sua maioria, nas mesmas condições descritas, mostrando-se de forma muito clara, quem faz parte do núcleo populacional selecionado diuturnamente pelas agências de criminalização secundária (especialmente pela polícia) para ser inserido no sistema socioeducativo.

¹⁰² O perfil geral do encarcerado brasileiro pode ser definido da seguinte maneira *“Podemos sintetizar assim o retrato dos presidiários: homem, jovem, negro ou pardo, é solteiro de baixa escolaridade, nativos e sem religião ou adepto a crenças alternativas”* In: **O Estado da Juventude: Drogas, prisões e acidentes** / Coordenação Marcelo Côrtes Neri. – Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007, pg. 21.

¹⁰³ Analisando o perfil da população vítima de homicídio nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, Luís Filipe Zilli afirma: *“Em termos médios, grande parte das vítimas de homicídio na RMRJ e na RMBH é homem, negro ou pardo, tem entre 15 e 24 anos, baixa escolaridade, foi assassinada por disparos de arma de fogo, nas ruas de uma favela ou bairro pobre de periferia. Tomando a variável “escolaridade” como proxy de “renda”, é possível inferir que as vítimas são, em sua maioria, oriundas de classes de baixo status socioeconômico”*. ZILLI, Luís Filipe. **Adolescentes e jovens em grupos armados ilegais: comparação entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Disponível em <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=195&limit=150&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=171> Acesso em: 30 set 2012.

Tal parcela populacional é composta por setores que ao longo da história do Brasil foram sempre excluídos, vistos e tratados com preconceito. Ainda hoje, portanto, verificamos que a exclusão legitimada pela escravidão se encontra fortemente presente, em que pese de maneira formalmente velada. Não por isso, que o comparativo entre os menores internados na vigência do Código de Menores e do Estatuto da Criança e do Adolescente evidencia que o mesmo grupo social ainda se apresenta como “cliente” maior do sistema penal juvenil.

3.2 REINCIDÊNCIA NA COMERCIALIZAÇÃO E O ART. 122 DO ECA

A privação de liberdade, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve atender o caráter de excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Art. 121), bem como somente poderá ser adotada, enquanto medida socioeducativa, nos casos definidos pelo Art. 122¹⁰⁴ da referida legislação estatutária, quais sejam, a prática de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa (inciso I); a reiteração no cometimento de outras infrações graves (inciso II); e o descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta (inciso III), sendo que nesta última hipótese, o período de privação de liberdade não poderá ultrapassar o prazo de três meses, prática conhecida na prática como “internação-sanção”.

Fato é, que quando tratamos de adolescentes consumidores de substâncias entorpecentes, temos que ter em mente que a possibilidade de reiteração da prática do consumo e do pequeno comércio de substâncias será recorrente, haja vista não se tratar de uma escolha individual do sujeito a utilização ou não, das drogas.

É por isso que a quantidade de reincidência nos casos envolvendo o “tráfico” de drogas é enorme. Como já explanado na primeira parte do presente

¹⁰⁴ Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

trabalho, é imprescindível a mudança de foco na forma como se enxerga a problemática das drogas. Não estamos diante de um problema jurídico penal ou de saúde pública. Estamos, sim, diante de um problema de saúde do indivíduo e de escolhas políticas, as quais, em mais um viés, acabam estigmatizando sob o manto da delinquência o setor mais vulnerável da sociedade, que é a população jovem, pobre e marginalizada.

O sistema jurídico pátrio, por meio das práticas jurisprudenciais, acaba reconhecendo que crianças e adolescentes, de certa maneira, não podem acabar responsabilizados sozinhos por serem parte de um problema de dimensão absolutamente maior. Assim, a jurisprudência das instâncias superiores, já vinha adotando o entendimento de que o tráfico, em que pese ser equiparado a crime hediondo, por si só, não configuraria motivo suficiente para a decretação da medida de Internação, ainda mais se a restrição da liberdade se desse no sentido de “estimular o adolescente a abandonar a prática infracional”¹⁰⁵ ou então no sentido de se considerar o adolescente “perigoso”¹⁰⁶.

Esse entendimento foi sumulado, recentemente, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)¹⁰⁷. No entanto, não se negou a gravidade da prática do tráfico, ainda que cometido por adolescentes nas situações já descritas neste trabalho. Assim, existe a possibilidade de internação com o cometimento reiterado de infrações graves (art. 122, II, ECA), na qual se encaixa o tráfico. Com isso, criou-se um “limite” jurisprudencial que permite a Internação após três passagens por tráfico de drogas, consoante se verifica:

CRIMINAL. HC. ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DETERMINAÇÃO MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. AFRONTA AOS OBJETIVOS DO SISTEMA. REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE INFRAÇÕES GRAVES NÃO DEMONSTRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM CONCEDIDA.

¹⁰⁵ HC nº 44.533/RJ, Rel. Min. Gilson Dipp, STJ.

¹⁰⁶ HC nº 15.751/SP, Rel. Min. Jorge Scartezini, STJ.

¹⁰⁷ No último dia 13 de agosto de 2012, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou a Súmula 492, a qual determina que “o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente”.

I. A medida extrema de internação só está autorizada nas hipóteses previstas taxativamente nos incisos do art. 122 do ECA, pois a segregação do menor é medida de exceção, devendo ser aplicada e mantida somente quando evidenciada sua necessidade, em observância ao espírito do r. Estatuto, que visa à reintegração do menor à sociedade. HC nº 44.533/RJ, Rel. Min. Gilson Dipp, STJ

I I. A simples alusão à necessidade de estimular o menor a abandonar a prática de atos infracionais, bem como de protegê-lo da violência encontrada nas ruas, afastando-o da convivência com a marginalidade, não é suficiente para motivar a privação total da sua liberdade, até mesmo pela própria excepcionalidade da medida, restando caracterizada a afronta aos objetivos do sistema.

III. Não resta demonstrada a reiteração no cometimento de outras infrações graves, já que o paciente praticou apenas um ato infracional. Precedentes.

IV. Deve ser cassado o acórdão recorrido, bem como a decisão que estabeleceu internação por prazo indeterminado, e, de ofício, o acórdão proferido no recurso de apelação n.º 2005.100.00217, a fim de que outra medida mais branda seja imposta ao paciente, se por outros motivos não se encontrar internado.

V. Ordem concedida, nos termos do voto do Relator

(HC nº 44.533/RJ. Rel. Min. Gilson Dipp, Julgamento: 06/05/2005, 5ª Turma, STJ.)

O fato, é que muitos setores da sociedade, inclusive setores atuantes no âmbito jurídico da infância e juventude, argumentam que a posição pacífica no sentido de não considerar a internação por tráfico de drogas faz com que os jovens sejam “aliciados” por “organizações criminosas”, sendo largamente utilizados pela empresa do comércio de entorpecentes. Não obstante, propõe a “flexibilização” do entendimento do inciso I do Art. 122, de modo que adolescentes apreendidos por conta do ato infracional tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006 pudessem, ou deveriam cumprir medida socioeducativa de internação, haja vista servirem de instrumento do tráfico, pois geram lucros, sem maiores conseqüências jurídicas. Os defensores de tal teoria apregoam, ainda, que o tráfico de drogas caracteriza, ainda que de maneira indireta, a violência ou grave ameaça à pessoa, sendo, por isso mesmo, na esfera penal, considerado crime hediondo.

Portanto, necessária se faz a aplicação da medida socioeducativa de internação, protegendo o adolescente de suas próprias condutas, afastando-o dos aliciadores para o tráfico de drogas bem como colocando “freios” em sua conduta delitiva, a qual desencadearia, sem a devida repressão estatal, num sujeito a trilhar um inevitável caminho rumo à criminalidade.

Tal percepção da realidade das drogas não poderia se mostrar mais superficial, abarrotada de estereótipos morais e dada à tentadora solução de punição exemplar, visando à famigerada prevenção geral.

O processo de “demonização” acerca do tema drogas gera a figura do “Traficante”. Este Traficante, propositalmente colocado aqui com o “T” maiúsculo, são sujeitos que, no imaginário midiático, tem a seu dispor grande estrutura física, constituindo verdadeira instituição paraestatal, semeando o terror onde vivem, aliciando crianças e adolescentes e colocando em cheque o poder do Estado democrático. Tratam-se, ainda de acordo com o imaginário, de indivíduos com conexões políticas internacionais, que movimentam milhares de reais, dólares e euros, fomentando a indústria do terror que mata nossos jovens diuturnamente e evidenciam o Estado impotente tanto para combater tal empresa, quanto para punir quem dela faz parte. A primeira figura que surge na mente das pessoas quando escutam a palavra “Traficante”, é a de Fernandinho Beira-Mar, rodeado de aparelhos celulares, ainda que preso, organizando e comandando o comércio de substâncias entorpecentes. Muito dinheiro, muitas armas, muitos carros, e os filhos da classe média devastados por conta dos efeitos das drogas no organismo.

Os jovens infratores que chegam à Delegacia do Adolescente nada tem em comum com o referido cenário. Chegam em número expressivo, apreendidos nos bairros de periferia ou em determinadas localidades da região central da cidade¹⁰⁸, com alguma quantidade de maconha e cocaína, por vezes algumas pedras de “crack”. Adolescentes que são figuras repetidas na Vara da Infância e Juventude vão e voltam sempre pela mesma prática infracional, sempre com os mesmos argumentos, tanto na oitiva informal perante o Ministério Público, quanto em seus depoimentos em Juízo. Confirmam o comércio, vendendo algumas gramas de maconha por cinco reais, uma pedra de “crack” também por cinco reais e a bucha de cocaína por dez. Adquiram a droga no Capanema ou no Parolin, comercializam há algum tempo e fazem uso

¹⁰⁸ Em Curitiba, impossível não recordar das inúmeras apreensões de adolescentes consumindo e comercializando substâncias entorpecentes na esquina entre a Rua do Rosário e a Travessa Nestor de Castro, na região do Largo da Ordem, Centro da Capital Paranaense. Vale destacar que em muitas das vezes, os adolescentes apreendidos já estão inseridos em alguma medida, ou seja, já fazem parte do sistema socioeducativo. Questiona-se se o fato de haver a reiteração, então, seria responsabilidade do próprio adolescente ou de quem tem o dever de preservá-lo e não o faz.

de maconha e/ou cocaína. “Crack” em menor quantidade, haja vista ser coisa de “noiado”. Não estudam, porém já freqüentaram a escola. Quarta, quinta, sexta série. A idéia é deixar mais algum tempo passar para cursar supletivo e terminar os estudos. Questionados sobre o porquê da reincidência, muitas vezes afirmam que não tem outra opção, outras vezes confirmam o maior argumento utilizado pelos defensores da diminuição da maioridade penal, afirmando que ser apreendido “não dá nada”, pois em pouco tempo estarão novamente nas ruas.

Os mesmos adolescentes, na mesma rua, no mesmo ato. Basta ao sistema aguardar a terceira apreensão e é possível, finalmente, fundamentar a internação do indivíduo, reincidente, que representa o perigo para a sociedade. Vale ressaltar que são raríssimos os casos nos quais, junto com a apreensão de drogas, é apreendida alguma arma de fogo ou arma branca.

Em inúmeras decisões se verifica a fundamentação da aplicação da medida socioeducativa de internação sob o argumento da situação de risco enfrentada pelo adolescente reincidente no ato infracional equiparado a tráfico de drogas. Acredita-se que a aplicação da internação vai afastar o adolescente das drogas bem como da violência ligada ao tráfico. Observando tais decisões, tem-se a falsa impressão de que a medida de internação constitui um prêmio ao adolescente, agora “protegido” pelo sistema socioeducativo do mundo exterior, violento e cruel.

Basta refletir somente um pouco mais a fundo para percebermos que instituições como a extinta FEBEM, a atual Fundação CASA, o Educandário São Francisco e outros centros de “acolhimento” ao adolescente infrator, de nada cumprem com algum tipo de função pedagógica, senão servindo como instituições de exercício do controle social de nichos criminalizáveis. O adolescente se encontra à mercê de uma lógica absolutamente perversa.

3.3 ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE

O mercado ilegal, paralelo de drogas se trata de uma empresa de fato altamente lucrativa. O movimento de bilhões de dólares ao redor do planeta certamente gera uma gama de interesses que vai muito além da simples busca pelo prazer por meio do consumo de algum entorpecente. Contudo,

considerando a política eminentemente adotada de combate às drogas, temos que sua não regulação faz com que os conflitos entre os envolvidos nesse sistema sejam resolvidos tão somente por meio da força, afinal o direito não pode intervir quando estamos diante de um objeto ilícito, ainda que tal ilicitude provenha de uma opção puramente política.

Questão corriqueira nos Centros de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, nos casos de ato infracional envolvendo o tráfico de drogas, é a necessidade de acolhimento dos adolescentes que se encontram ameaçados de morte na região em que vivem. Muitos deles entram na rota de comercialização de drogas e muitas vezes, pelos mais diversos motivos, acabam ameaçados de morte, seja por contraírem dívidas, ou por, ainda que de forma inocente, falarem o que não podem. Dito isso, não são raras as situações nas quais a própria mãe do adolescente solicita a internação provisória como procedimento a ser adotado de modo a preservar a vida do jovem que se encontra envolvido com o comércio de drogas ilícitas.

A solução encontrada, como não poderia ser diferente, é a internação provisória, ou seja, a privação de liberdade. Mais uma vez se tem o uso distorcido do Estatuto da Criança e do Adolescente com o intuito de “proteção” do adolescente. O questionamento que se faz é que em nenhum lugar do mundo e em nenhuma instituição do planeta, a proteção se dá por meio de prisão. O que existe, no nosso caso, é certo receio de envio destes adolescentes para casas de abrigamento, afinal são eles “infratores”. Então aproveita-se o ensejo dos autos que acusam o jovem da prática de ato infracional para, privando-o de liberdade, protegê-lo.

Tanto em âmbito federal (Decreto nº 6231/07)¹⁰⁹ quanto no estado do Paraná (Decreto nº 6489/10)¹¹⁰ se encontra regulamentado o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte (PPCAAM). Em ambos os casos, a direção do programa se dá por meio da criação de um Conselho Gestor, formado por representantes do Sistema de Garantias e da

¹⁰⁹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6231.htm> Acesso em: 15 nov 2012.

¹¹⁰ Disponível em <http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/2b08298abff0cc7c83257501006766d4/452b04509e7459de832576ea004e45e8?OpenDocument> Acesso em: 15 nov 2012.

Rede de Proteção, o qual se incumbe de definir as diretrizes do programa bem como deliberar, no caso do estado do Paraná, sobre os pedidos de inserção ou de desligamento de crianças e adolescentes (art. 7º, I). Os adolescentes em cumprimento de medida ou egressos de instituições socioeducativas também podem fazer parte do programa.

Com isso, verifica-se que, ao menos normativamente, existem meios alternativos de tratamento do adolescente ameaçado de morte. Entretanto, é fundamental ressaltar que em muitos casos, relatados pelos próprios adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas, existe grande dificuldade de desligamento deste adolescente com outros indivíduos que participam da empresa da droga, além da natural dificuldade de vinculação do adolescente com o Estado, por conta do receio do próprio jovem das instituições e autoridades públicas, fazendo com que este não relate quem a faz e como está sendo ameaçado. Assim, considerando o estigma infrator e o pânico da figura do traficante, a solução mais fácil de ser encontrada tem sido a privação de liberdade.

No caso específico do tráfico de drogas, a mortalidade entre os jovens é alarmante. Apenas a título de ilustração, o documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, produzido por MV Bill e Celso Athayde, acompanhou a trajetória de 17 garotos envolvidos com o tráfico em diversas cidades brasileiras. O projeto para a realização do documentário iniciou em 1998 e teve fim em 2006. Até o lançamento do livro¹¹¹ que relata situações da realização do filme, dos 17 adolescentes entrevistados, 16 já estavam mortos, sendo que o último, ao qual o livro era dedicado, encontrava-se preso à época.

3.4 ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E PROTETIVO

De modo geral, quando falamos em atendimento médico à criança ou ao adolescente adicto de drogas, temos que considerar dois modelos principais de atendimento, qual seja, o tratamento ambulatorial e o tratamento em Comunidade Terapêutica. Vale ressaltar que para qualquer pessoa e, de maneira ainda mais latente, para a pessoa em peculiar condição de

¹¹¹ ATHAYDE, Celso & MV BILL. **Falcão – Meninos do Tráfico**. Rio de Janeiro. Editora Objetiva, CUFA, 2006.

desenvolvimento, o mais indicado é o tratamento em regime ambulatorial, no qual a pessoa não é afastada de seu convívio familiar, fundamental para o sucesso de um tratamento médico.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foram criados em 1986, na cidade de São Paulo (CAPS da Rua Itapeva), com o intuito de emergirem como uma alternativa aos processos de hospitalização, até então única alternativa existente para o tratamento de indivíduos. Os Hospitais Psiquiátricos, além da parca estrutura, também colaboravam para o processo de estigmatização dos sujeitos em tratamento. Por isso, com o advento da chamada reforma psiquiátrica¹¹², os CAPS ganharam força.

Fundamentalmente, os CAPS visavam o acompanhamento diário do paciente, com cuidados clínicos multidisciplinares personalizados, de modo a promover eficácia no tratamento aliada à inserção social do sujeito.¹¹³ Dentre as modalidades de CAPS existentes, destacamos o CAPSad (álcool e drogas), como centro especializado no trato de dependentes de tais substâncias. Além de oferecer atendimento médico, o CAPSad visa promover demais terapias bem como fornecer estrutura para a desintoxicação de pacientes.

Entretanto, a política proibicionista impede a utilização do CAPSad em sua total potencialidade. Isso porque a utilização de drogas como parte do tratamento, baseada na política de redução de danos, é inviável no cenário de esquizofrenia que permeia o discurso da droga. O próprio Ministério da Saúde reconhece a importância da aplicação de políticas mais eficazes, afetas ao (falso) moralismo político

A prevenção teria como objetivo impedir o uso de substâncias psicoativas pela primeira vez, impedir uma “escalada” do uso e minimizar as consequências de tal uso.

A lógica que sustenta tal planejamento deve ser a da Redução de Danos, em uma ampla perspectiva de práticas voltadas **para minimizar as consequências globais de uso de álcool e drogas**. O planejamento de programas assistenciais de menor exigência contempla uma parcela maior da população, dentro de uma

¹¹² RAUPP, Luciane Marques. **Adolescência, drogadição e políticas públicas: recortes no contemporâneo**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2006, p. 39-40.

¹¹³ **Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, p. 12-13. Disponível em <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/SM_Sus.pdf> Acesso em 06 dez 2012.

perspectiva de saúde pública, **o que encontra o devido respaldo em propostas mais flexíveis, que não tenham a abstinência total como a única meta viável e possível aos usuários dos serviços CAPSad.**¹¹⁴(grifos nossos)

Neste cenário de “demonização” das substâncias, bem como dos seus usuários que se encontram nas camadas estigmatizadas da população, persiste a confusão entre o tratamento jurídico-penal (sociopedagógico) e o tratamento da saúde do indivíduo em peculiar condição de desenvolvimento. Neste cenário, muitos dos adolescentes que ingressam no sistema socioeducativo, ou que a ele retornam, acabam sendo enviados para as chamadas Comunidades Terapêuticas, as quais são centros de reabilitação física de sujeitos fortemente comprometidos pelo uso de substâncias entorpecentes.

Em geral, as Comunidades Terapêuticas são instituições filantrópicas de cunho religioso, que atuam em parceria com o poder público, abrigando indivíduos considerados viciados pelo consumo de entorpecentes e promovendo a recuperação de tais sujeitos em um contexto de abstinência das drogas e sua inserção na prática de atividades que visam afastá-los, por completo, do uso das drogas.

Porém, na prática atual, na problemática levantada pelo presente trabalho, dois pontos merecem especial atenção. Primeiramente, como visto, as Comunidades Terapêuticas para tratamento de usuários de drogas são entidades que atuam no sentido de recuperar o indivíduo doente, realmente comprometido por conta do consumo de tais substâncias. Deste modo, não pode ser utilizada como instrumento alternativo de sanção, sob pena de aplicação de medidas mais gravosas no caso do descumprimento do tratamento. Em segundo lugar, as Comunidades Terapêuticas trabalham com a ideia de total abstinência. Como se tratam de clínicas e não de prisões, não podem conter o adolescente que lá esteja realizando tratamento. Como a abstinência de drogas como o “crack” gera efeitos graves, é preciso se ter em mente que a evasão da Comunidade Terapêutica é uma atitude que, antes de

¹¹⁴ **Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, p. 12-13. Disponível em <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/SM_Sus.pdf> Acesso em 06 dez 2012.

representar uma falta por parte do adolescente, é atitude que deve ser esperada pelos agentes que atuam em todo o processo.

Dessa maneira, o objetivo é não se permitir que um adolescente viciado em drogas acabe por retornar ao círculo vicioso do sistema socioeducativo pelo fato de se evadir do tratamento. A privação de liberdade em nada contribui para a proteção integral desses jovens.

3.5 INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA

A possibilidade de retirada obrigatória de indivíduos das ruas, com o encaminhamento compulsório para realização de tratamento contra a drogadição, foi e está sendo prática adotada especialmente pelo Município do Rio de Janeiro, o qual, por meio de resolução da Secretaria Municipal de Assistência Social determinou o recolhimento, especialmente de jovens usuários de “crack”.

Com a internação compulsória, o objetivo seria retirar a pessoa da situação de extrema vulnerabilidade, ainda que contra sua vontade, para com isso se permitir um início do processo de tratamento, o qual deveria ser acompanhado por profissionais ligados às mais diversas áreas ligadas à saúde e à assistência social. No entanto, o que se observou foi a adoção de uma prática absolutamente ilegal do ponto de vista jurídico bem como pouco eficaz do ponto de vista da saúde de tais adictos, representando, deste modo, quase que exclusivamente, o retorno das práticas de higienização daquele município, ainda mais às vésperas de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo e às Olimpíadas.

A retirada de pessoas contra sua própria vontade das ruas demonstra tão somente a aplicação de uma política higienista, que vai contra todos os princípios antimanicomiais. Juridicamente, a internação compulsória atenta contra a normativa internacional e Constitucional Acerca do Tema. Privar crianças e adolescentes de sua liberdade de forma ilegal ou arbitrária, atenta contra a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança (art. 37, b). Já em nossa Carta Magna, o direito à liberdade e a vedação de prisão senão em flagrante delito se encontra no rol dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º, LIV e LIX). Especificamente sobre crianças e adolescentes, o art. 227 da

Constituição também garante o direito principalmente à saúde e à liberdade. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente é ainda mais específico no sentido de vedar qualquer hipótese de retirada compulsória de crianças e adolescentes das ruas. O art. 16 da referida legislação estatutária é bastante claro no sentido de garantir o direito de ir, vir e permanecer em quaisquer lugares que se considerem públicos. Além do mais, a prática da internação compulsória foi regulamentada pela resolução nº 20/2011 da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, sendo que as políticas sobre a saúde de crianças e adolescentes deveriam ser regulamentadas pelos Conselhos da Criança e do Adolescente, nas três esferas federativas.

Porém mais importante ainda que o fato de a internação compulsória atentar contra todo um arcabouço legal é o fato de tal prática não apresentar resultados efetivos, mostrando-se como mais uma maneira de apresentar respostas fáceis à sociedade em face de problemas extremamente complexos. Bem por isso, várias críticas são feitas ao modelo de internação compulsória considerando que tal prática representa “a incorporação da metodologia do choque de ordem pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que privilegia uma ação de defesa da “ordem pública”, de natureza higienista travestida de assistência social”.¹¹⁵ Deste modo, a internação compulsória de crianças e adolescentes, se mostra bastante ineficaz, dada a dificuldade de acesso aos locais da internação, a pouca possibilidade de os internos manterem contato com os familiares, a medicalização diária e generalizada bem como os relatos de contenção física e química dos sujeitos que ali se encontram¹¹⁶. Dessa maneira, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro alertou e propôs, após recente fiscalização às entidades de internação compulsória

¹¹⁵ **Manifesto em defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes da cidade do Rio de Janeiro.** Disponível em <<http://www.oabRJ.org.br/detalheConteudo/19/Manifesto-em-defesa-dos-direitos-humanos-das-criancas-e-adolescentes-da-cidade-do-Rio-de-Janeiro.html>> Acesso em: 17 nov 2012.

¹¹⁶ **Relatório de visitas aos “abrigos especializados” para crianças e adolescentes por parte da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em <http://www.crprj.org.br/documentos/2012-relatorio_CADQs.pdf> Acesso em: 17 nov 2012.

Considerando os fatores ora expostos, as violações de direitos e garantias fundamentais de crianças e adolescentes, a ilegalidade e inconstitucionalidade da Resolução N° 20 da SMAS, a contrariedade a normas e princípios consagrados no ECA, na Carta Magna de 1988, em tratados e convenções internacionais de direitos humanos, e em parâmetros e diretrizes básicos estabelecidos pelas políticas de Saúde/Saúde Mental e Assistência Social, os atores envolvidos na confecção deste relatório compreendem a **necessidade da imediata suspensão das ações da SMAS que preconizam o recolhimento e internação compulsórios de crianças e adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas.** (grifo nosso)¹¹⁷

Assim, temos que a solução do problema exige enfrentamento muito mais trabalhoso, de preferência que consagrem o protagonismo juvenil, colocando as próprias crianças e adolescentes como importantes agentes e não como meros objetos, a fim de que se possa ganhar algo em efetividade no tratamento de usuários de drogas.

3.6 LEGALIZAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS

É fundamental ressaltar que os conceitos de *descriminalização* e de *legalização* são distintos. O primeiro reforça os estereótipos médico e jurídico, do consumidor/enfermo e do traficante/delinquente. Isso porque os atuais projetos de descriminalização buscam, sobretudo, afastar ainda mais o usuário de droga das sanções penais, ao passo que mantém ou recrudescem o tratamento punitivo ao traficante.

Na dificuldade de definição de critérios para a distinção entre o traficante e o enfermo, propostas como a que distingue comerciante e usuário pela quantidade de drogas encontradas¹¹⁸ tentam trazer luz a esta problemática. No entanto, não é preciso raciocinar muito para que tais projetos aumentem a repressão contra os traficantes do dia a dia, ou seja, os usuários ou marginalizados que ou comercializam drogas para sustentar seu vício, ou

¹¹⁷ Relatório de visitas aos “abrigos especializados” para crianças e adolescentes por parte da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em < http://www.crprj.org.br/documentos/2012-relatorio_CADQs.pdf > Acesso em: 17 nov 2012, p. 47.

¹¹⁸ O anteprojeto do novo Código Penal descriminaliza o uso privado de drogas, permitindo que o indivíduo possua a quantidade de determinada droga suficientes para o uso no período de cinco dias. A quantidade de cada droga seria regulamentada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

vendem entorpecentes pelo fato de que o mercado oferece, tão somente, o chamado subemprego.

Especificamente sobre crianças e adolescentes, é bastante difícil imaginar que com a precariedade do ensino público, o desestímulo à formação, ou ainda, a formação de fachada, que jamais gerará perspectivas reais de ascensão econômica, nossos jovens pobres se afastem do mercado de drogas, tornando-se, portanto, traficantes, na definição de qualquer política, seja ela mais dura ou mais branda com o usuário.

Portanto, o único passo real na desvinculação do processo violento desencadeado pelo mercado de drogas é a quebra deste mercado. Nesse cenário, surgem duas possibilidades que são mais conhecidas, quais sejam, a legalização estatizante e a legalização estatal¹¹⁹. Legalização, aqui tem o sentido de regulamentação e não de liberalização. Para a primeira, o Estado iria deter o controle total da produção e da comercialização das substâncias hoje consideradas entorpecentes. O monopólio estatal poderia gerar maior controle do uso das substâncias pelos indivíduos, evitando a ocorrência de mortes por overdose, por exemplo. Na segunda perspectiva, liberal, o estado atuaria como regulador do livre mercado de drogas, atuando em questões como o controle de qualidade. Os defensores dessa forma de legalização defendem que a quantidade de drogas a ser utilizada por um indivíduo é parte da autonomia individual de cada pessoa, não devendo o Estado interferir nessa questão. A definição de qual modelo seria o melhor não vem ao caso no presente trabalho, porém deve-se ressaltar que sob qualquer das óticas mencionadas, é resultado natural a desvinculação da violência protagonizada por indivíduos que trabalham com a droga e tem como única alternativa de solução de conflitos a violência.

Em nenhum momento, tanto no presente trabalho quanto nas demais abordagens sérias acerca da questão das drogas, houve qualquer referência à utilização das drogas como algo benéfico para o indivíduo. Embora existam vários estudos nesse sentido, principalmente no que se refere ao uso medicinal

¹¹⁹ RODRIGUES, Thiago. Drogas, proibição e abolição das penas. In, PASSETTI, Edson (org.) **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012, p. 144-145.

da maconha, é certo que muitos de nossos jovens sofrem por conta do uso abusivo de substâncias psicotrópicas.

O proibicionismo, como visto, contribuiu sobremaneira para a consolidação deste quadro, fomentando, diuturnamente, tragédias em famílias, vitimando e estigmatizando jovens usuários que além de manterem pouco ou nenhum controle sobre sua própria saúde, ficam submetidos tão somente ao controle social penal juvenil.

A ausência de regulamentação gera uma situação paradoxal. Ao mesmo tempo em que, em tese, há a busca pelo extermínio das drogas, na intenção de manter, principalmente os jovens, afastados de seus efeitos, observamos o aumento da produção, da demanda e da lucratividade do comércio ilegal de entorpecentes de maneira concomitante à explosão no consumo entre os jovens, fato verificado em todas as camadas sociais.

A estrutura existente para o tratamento de jovens adictos, caso dos CAPS e das Comunidades Terapêuticas - cujos profissionais também são fortemente afetados pelo discurso proibicionista - emperra na impossibilidade, em muitos casos, de realização de um tratamento efetivo, pois a total e absoluta abstinência é considerada a única forma de controle do uso de substâncias entorpecentes, fazendo com que os adolescentes abstmios em muitos casos fujam das Comunidades ou simplesmente parem de frequentar o tratamento ambulatorial. Tal conduta é compreendida pelo sistema socioeducativo como uma falta, uma transgressão do adolescente, que descumpra seu plano de atendimento e deve retornar ao círculo vicioso que em última instância o levará à privação de liberdade.

Por isso, torna-se fundamental a compreensão de que o jovem que cresceu vendo e sofrendo todo e qualquer tipo de violência, com ausência do que minimamente se possa chamar de estrutura familiar, tem grande possibilidade de se envolver de alguma maneira com o uso (na busca por algum tipo de prazer), assim como com o comércio de tais substâncias, dada sua rentabilidade e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, ainda que ilícito.

A sociedade do consumo pouco se importa com a origem do capital de seus “clientes” e o jovem quer e precisa (ou pensa que precisa, ou vende-se que ele precisa) consumir e vai agir de modo a tal. Não se pretende aqui

ausentar por completo os adolescentes de qualquer tipo de responsabilidade, porém é preciso refletir como o sistema atrai o jovem, tornando o caminho da criminalização absolutamente previsível, sendo que mesmo após algum tipo de intervenção estatal, sob primado da Proteção Integral, o jovem fica vinculado à marginalização e torna-se vítima do sistema criminal. É um caminho sem volta e o sistema socioeducativo contribui com o jovem no trilhar desse caminho.

Outro problema na questão das drogas não regulamentadas está na absoluta falta de fiscalização da qualidade dessas substâncias. Isso torna o uso ainda mais perigoso, principalmente por parte de quem dispõe de escassos recursos para obtenção das drogas. O raciocínio é simples. O “empresário” da droga, tal qual toda a cadeia de produção e distribuição pouco se importa com a qualidade do produto, tendo em vista somente uma maior margem de lucro. Dado o proibicionismo, é possível a mistura de quaisquer substâncias que possam fazer a produção de drogas “render” mais¹²⁰.

Dessa maneira, surgiram substâncias como o “crack”, droga obtida por meio da mistura de cristais restantes da produção de cocaína misturados com bicarbonato de sódio e água com alto poder de adição e ideal para distribuição entre os pobres, dada a dificuldade da comercialização da cocaína por conta da repressão. Atualmente, observamos o surgimento de novos compostos ainda com maior potencial danoso, como o “oxi”, este entendido como uma variação ainda mais barata que o “crack”, tendo em vista o rendimento da mistura aumentar pela adição à pasta-base da cocaína de substâncias químicas como querosene, gasolina e cal virgem!¹²¹

Tendo em vista a dificuldade, para não dizer impossibilidade, de se abolir completamente o consumo de entorpecentes, surgem políticas alternativas de convívio com as drogas, minorando os malefícios provenientes do consumo e principalmente do abuso de tais substâncias. Assim,

¹²⁰ “Por ser produzido de maneira clandestina e sem qualquer tipo de controle, há diferença no nível de pureza do crack, que também pode conter outros tipos de substâncias tóxicas - cal, cimento, querosene, ácido sulfúrico, acetona, amônia e soda cáustica são comuns.” In: **A droga. Composição e ação no organismo.** Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/a-droga/composicao-e-acao-no-organismo>> Acesso em 07 nov 2012.

¹²¹ Reportagem “Entenda o que é o oxi e como ele se espalhou pelo Brasil”. Disponível em <<http://www.diariodasaude.com.br/news.php?article=drogas-o-que-e-oxi>>. Acesso em 07 nov 2012.

destacamos a política de redução de danos, a qual reconhece que, sem a aceitação do próprio toxicômano, qualquer tratamento se torna bastante difícil, procurando então, tornar o uso de entorpecentes algo que pode ser melhor controlado e feito de maneira mais segura.

A política de redução de danos atua de forma pragmática, no amplo campo da saúde pública para reduzir as conseqüências nefastas das drogas e os riscos de danos aos usuários e à saúde coletiva, em várias vertentes: i) educação e informação sobre os riscos aos usuários; ii) distribuição de seringas;; iii) acolhimento do dependente e disponibilização de tratamento médico voluntário; iv) criação de narco-salas, ou locais de consumo permitido; v) implementação de programas de substituição; vi) prescrição de heroína a viciados; vii) programas de reinserção social e de melhoria da qualidade de vida dos viciados.¹²²

O objetivo da redução de danos é bastante claro: minorar os efeitos negativos decorrentes do uso de drogas. Dada a dificuldade e a falta de vontade dos usuários em largar tais substâncias, criam-se condições que possam minorar o dano causado, ministrando tais entorpecentes de maneira mais segura ao impedir a overdose bem como induzindo o indivíduo à redução gradativa do consumo.

Com relação às políticas de drogas, podemos afirmar que o cenário ideal se daria com o processo de regulamentação de todas as substâncias psicotrópicas conhecidas, alheio a qualquer tipo de definição moral/religiosa que de alguma maneira impeça a convivência com tais substâncias, pois deste modo seria possível ter melhor controle sobre os verdadeiros riscos causados por estas substâncias e não a ausência absoluta de qualquer medida preventiva como temos atualmente.

Reconhecemos que a adoção da regulamentação total, ao menos em curto prazo, traria inúmeros problemas de cunho político/diplomático, tendo em vista ser o Brasil signatário de toda a normativa internacional de combate as drogas, a qual, como visto, volta-se quase que exclusivamente para o proibicionismo. Deste modo, políticas alternativas como a redução de danos se mostram como caminhos possíveis de serem trilhados desde logo, à espera de um pouco de luz ao debate internacional sobre a questão das drogas.

¹²² RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade.** Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006, p. 70.

Traçando um paralelo, a redução de danos seria como uma espécie de minimalismo penal, tendo em vista o abolicionismo, ou, no nosso caso, a regulamentação.

Entretanto, ações alternativas como a redução de danos também são obstaculizadas por conta da mentalidade pura e simplesmente repressiva que temos em voga ainda hoje. Não podemos olvidar que a “guerra contra as drogas” permanece em curso.

Dessa maneira, as ações alternativas são emperradas por conta do forte enraizamento do discurso. Quando da implantação do programa de troca de seringas para usuários de drogas na cidade de Santos/SP, em 1992, houve forte ataque por parte de vários setores da sociedade, inclusive da classe médica, com ameaças de incriminação por conta de uma “apologia” ao consumo de entorpecentes, o que levou ao abandono do projeto.

Somente a partir do ano de 2002 a redução de danos foi reconhecida como estratégia oficial de saúde pública, sendo regulamentada pela portaria nº 1028/2005 do Ministério da Saúde¹²³. A redução de danos é estratégia ainda pouco utilizada em virtude do preconceito que permanece enraizado na sociedade como um todo.

No entanto, podemos citar projetos em desenvolvimento como os Jovens Multiplicadores de Redução de Danos de Salvador/BA¹²⁴, que capacita jovens para divulgares as estratégias de redução de danos. É a utilização do chamado protagonismo juvenil para a realização de um objetivo comum, qual seja, a redução dos problemas decorrentes do uso de drogas. Para isso, a capacitação é feita com jovens que em geral foram usuários e que por isso mesmo, sofreram com a exclusão e estigmatização, caracterizadas, por exemplo, pela expulsão das escolas onde estudavam.

A multiplicação de ações nesse sentido, principalmente utilizando os jovens como protagonistas, poderão diminuir a visão demonizada das drogas e

¹²³ Disponível em < <http://www.sesa.pr.gov.br/arquivos/File/20042010.pdf>> p. 97-100. Acesso em: 17 nov 2012.

¹²⁴ O Projeto é detalhado no trabalho: **Prevenção à violência e redução de homicídios de adolescentes e jovens no Brasil**. Organizadores: Raquel Willadino, João Trajano Sento-Sé, Caio Gonçalves Dias, Fernanda Gomes. – Rio de Janeiro: Observatório das Favelas, 2011, p. 113-125.

de seus usuários, permitindo novas perspectivas na convivência com tais substâncias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou demonstrar, em linhas gerais como se dá a relação entre o direito da criança e do adolescente e a política de repressão às drogas. Os jovens estão entre os maiores consumidores das substâncias ditas entorpecentes. Ao mesmo tempo, muitos deles encontram o lucrativo comércio de tais substâncias uma fonte de renda que possivelmente não encontrariam em outros lugares.

Como demonstrado, a política proibicionista adotada desde o início do século passado mostrou-se um enorme fracasso. Todas as tentativas de extinção das drogas e do tráfico geraram tão somente a morte de inúmeras pessoas como o aumento do consumo, da demanda e a diminuição nos preços da droga. É difícil apontar um só fator positivo para a política de repressão. A América Latina foi transformada em campo de guerra, a partir da transnacionalização do combate às drogas. Vale ressaltar novamente, que a transferência do chamado “inimigo interno” (consumidores locais) para o “inimigo externo” (países produtores) foi fruto da infrutífera tentativa norte-americana de se por um fim ao consumo de determinadas substâncias naquele país. A normativa internacional é exemplo da política proibicionista, que vê na repressão a única maneira de combate às drogas. A legislação brasileira, especialmente as Leis 6368/69 e 11.343/06, alinhadas à política internacional, reforçam a repressão e o estereótipo que distingue traficantes de consumidores, evidenciando a seletividade do sistema penal.

O homem tem envolvimento com substâncias alteradoras do seu estado de consciência há milhares de anos. Nos últimos cem é que a política decidiu criar uma guerra, a qual gerou mortes e o desenvolvimento de tóxicos muito mais danosos à saúde das pessoas, como o “crack”. Os efeitos se mostram sempre opostos. Por isso, é importante fugirmos dos falsos moralismos, debatermos o problema de frente e buscarmos soluções que sejam mais adequadas. Nesse sentido, o presente trabalho indica a regulamentação das drogas.

Crianças e adolescentes mostram-se como a face mais vulnerável da cadeia das drogas. São elas, em grande parte dos casos que realizam o comércio varejista das substâncias, agindo de maneira tosca no sentido dado

por ZAFFARONI e, portanto, mais vulneráveis ao sistema penal. O uso da palavra penal se dá de maneira proposital, pois também vimos como o sistema socioeducativo, o qual serviria, em tese, para a proteção integral de crianças e adolescentes, inclusive, e especialmente, aqueles em conflito com a lei, se mostra como verdadeiro sistema penal, com a imposição de penas privativas de liberdade a serem cumpridas em locais que não permitem qualquer tipo de ressocialização. Aliás como falarmos em ressocialização de que sequer é “socializado”?

As crianças e adolescentes envolvidas com entorpecentes, seja com o consumo, seja com o comércio, seja com os dois, precisam de ajuda. Esta ajuda se torna bastante difícil, tendo em vista que essas jovens personalidades estão submetidas ao duplo discurso falacioso, quais sejam, o mito das drogas e a ilusão de “impunidade” do Direito da Criança e do Adolescente.

A superação dos moralismos e a observância do problema de frente, sem preconceitos, poderia tornar as estratégias de afastamento das drogas da vida desses jovens mais eficazes e menos lesivas. Estratégias de redução de danos, regulamentação do consumo de drogas de maneira mais segura, são atitudes que podem tornar o papel dos CAPS e das Comunidades Terapêuticas mais efetivos, diminuindo evasão e tornando o tratamento menos difícil para as crianças e adolescentes.

O aumento considerável dos casos de tráfico, a explosão dos encarceramentos, demonstra a uma guinada na política das drogas é urgente. Devemos nos livrar da esquizofrenia dos discursos e procurar soluções efetivas, que nada tem a ver com as adotadas até então, pautadas quase que exclusivamente na repressão, demonstrando tão somente como alternativas a consolidação da ideologia da diferenciação, que mais acentua diferenças que promove soluções.

Por isso, o presente trabalho procurou demonstrar como o direito da criança e do adolescente se comunica com a política de combate as drogas, demonstrando como estas jovens personalidades estão vulneráveis ao duplo discurso de falácias, quais sejam, a noção de que o sistema socioeducativo seria pedagógico quando na verdade é penal e o discurso moralista de combate as drogas que “protege” os jovens com a política proibicionista, a qual

nos apresentou e nos apresenta resultados trágicos. O debate está aberto e deve ser aprofundado, para que seja possível pensar soluções de fato efetivas.

REFERÊNCIAS

ADOLESCÊNCIA E DROGAS. Ilana Pinsky, Marco Antônio Bessa (orgs.). 3 Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ANCEL, Marc. **A nova defesa social: um movimento de política criminal humanista.** Rio de Janeiro: Forense, 1979.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da reação social.** Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ATHAYDE, Celso & MV BILL. **Falcão – Meninos do Tráfico.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, CUFA, 2006.

AZEVEDO, Maurício Maia de. **O Código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior.** Disponível em <http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=b2498574-2cae-4be7-a8ac-9f3b00881837&groupId=10136>. Acesso em: 24 set de 2012.

BACILA, Carlos Roberto & RANGEL, Paulo. **Comentários Penais e Processuais Penais à Lei de Drogas (Lei 11.343/2006).** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal.** – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BATISTA, Nilo. “O aprendizado da violência”. In, **Punidos e Mal Pagos: violência justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 1990.

BELOFF, Mary. **Modelo de La Protección Integral de los Derechos Del Niño y de La Situación Irregular: Um modelo para armar e outro para desarmar.** Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/88936360/Un-Mundo-Para-Armar-y-Otro-Para-Desarmar-Mary-Beloff-1>> Acesso em: 30 out 2012.

BUENO DE LIMA, Cezar. **Jovens em Conflito com a Lei: Liberdade Assistida e Vidas Interrompidas.** Londrina: Eduei, 2009.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **O adolescente infrator e os direitos humanos.** Instituto de Criminologia e Política Criminal. Disponível em <http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/adolescente_infrator.pdf> Acesso em 20 out 2012.

_____, Juarez. **Teoria da Pena.** Curitiba: ICPC, Lumen Juris, 2005, p. 35.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga**. Rio de Janeiro: Revan, 2007

DEL OLMO, Rosa. **La cara oculta de la droga**. Monografías Jurídicas 58. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis S.A, 1988.

ESCOHOTADO, Antônio. **Historia general de las drogas**. Disponível em <<http://www.escohotado.org>> Acesso constante ao longo da realização do trabalho.

FEFFERMANN, Marisa e FIGUEIREDO, Regina. **Redução de danos como estratégia de prevenção de drogas entre jovens**. In: Boletim do Instituto de Saúde, nº 40, dezembro de 2006. São Paulo, Instituto da Saúde – SES

HULSMAN, Louk. **Descriminalização**. In: Revista de Direito Penal (09/10). Rio de Janeiro: Forense, 1973.

KARAM, Maria Lúcia. **Pela Abolição do Sistema Penal**. In, PASSETTI, Edson (org.) Curso Livre de Abolicionismo Penal. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012.

MALAGUTI BATISTA, Vera. **Difíceis Ganhos Fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **História sem fim**. In, PASSETTI, Edson (org.) Curso Livre de Abolicionismo Penal. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012.

MORAIS, Paulo César de Campos. **Drogas e Políticas Públicas** (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas UFMG, 2005.

O Estado da Juventude: Drogas, prisões e acidentes. Coordenação Marcelo Côrtes Neri. – Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007.

OLIVEIRA, Salete de. **Linguagem-fronteira e linguagem-percurso**. In, PASSETTI, Edson (org.) Curso Livre de Abolicionismo Penal. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012.

Prevenção à violência e redução de homicídios de adolescentes e jovens no Brasil. Organizadores: Raquel Willadino, João Trajano Sento-Sé, Caio Gonçalves Dias, Fernanda Gomes. – Rio de Janeiro: Observatório das Favelas, 2011.

Prisão Provisória e Lei de Drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo. [recurso eletrônico] / Maria Gorete Marques de Jesus, Amanda Hildebrando Oi; Thiago Thadeu da Rocha; Pedro Lagatta; Coordenador: Maria Gorete Marques de Jesus.

Por que dizer não à redução da maioridade penal. Elaboração Karyna Batista Sposato: UNICEF, 2007.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Direitos difusos e coletivos IV (Estatuto da Criança e do Adolescente).** São Paulo: Saraiva, 2012 – (Coleção Saberes do Direito; 37).

_____. **Lições de Direito da Criança e do Adolescente. Ato Infracional e Medidas Socioeducativas.** 1. Ed., 4. tir. Curitiba: Juruá, 2008.

RAUPP, Luciane Marques. **Adolescência, drogadição e políticas públicas: recortes no contemporâneo.** Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2006, p. 39-40.

RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade.** Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006

RODRIGUES, Thiago. “Drogas, Proibição e Abolição das Penas”. In, PASSETTI, Edson (org.) **Curso Livre de Abolicionismo Penal.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, 2ª edição, janeiro de 2012.

_____. **Tráfico, Guerra e Proibição.** In: Drogas e Cultura: novas perspectivas. Beatriz Caluby Labate [et. al.], (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2008.

ROSA, Alexandre Moraes da. LOPES, Ana Christina Brito. **Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil: adolescente e ato infracional.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 17.

Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, p. 12-13. Disponível em <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/SM_Sus.pdf> Acesso em: 06 dez 2012.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1998

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro & SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro – I.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **O inimigo no direito penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZILLI, Luís Filipe. **Adolescentes e jovens em grupos armados ilegais: comparação entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Disponível em <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=195&limit=150&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=171> Acesso em 30 set 2012.